



**CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASÍLIA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**O PRIMEIRO IMPÉRIO
E A ORIGEM DA “NAÇÃO” CHINESA**

Taináh de Tahan Gadioli Abrahão Fernandes

Brasília – DF

JUNHO 2005

Taináh de Tahan Gadioli Abrahão Fernandes

**O PRIMEIRO IMPÉRIO
E A ORIGEM DA “NAÇÃO” CHINESA**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

ORIENTADOR: Raquel Boing Marinucci

Brasília – DF

JUNHO 2005

Taináh de Tahan Gadioli Abrahão Fernandes

**O PRIMEIRO IMPÉRIO
E A ORIGEM DA “NAÇÃO” CHINESA**

Banca Examinadora:

Prof. Raquel Boing Marinucci
(Orientador)

Prof. Cláudio Tadeu Cardoso Fernandes
(Membro)

Prof. Marco Antônio de Meneses Silva
(Membro)

Brasília – DF

JUNHO 2005

SUMÁRIO

Resumo	V
Introdução	01
Capítulo 1 – A formação da Nação	03
1.1 – O conceito de Nação	03
1.2 – A cultura nacional	20
1.3 – Autores e conceitos – quadro-resumo.....	24
Capítulo 2 – A China na origem do Império	26
2.1 – O Reino Qin	26
2.2 – A construção da Grande Muralha (Muralha dos 10.000 lis)	28
2.3 – A estrutura do Império de Qin Shi Huang	30
2.4 – Medidas tomadas pelo Imperador	32
2.5 – A história de Qin permanece	39
Capítulo 3 – A Nação do Império Chinês	41
3.1 – Nação.....	41
3.2 – Soberania	43
3.3. – Estrutura administrativa	44
3.4 – O Soberano	45
3.5 – Identidade e Nacionalismo	47
3.6 – Dominação	50
3.7 – Comunidade	52
3.8 – Tradição	54
3.9 – Reformas culturais	55
3.10 – Um salto na história	56
3.11 – A última Dinastia do Império chinês – A Dinastia Qing	57
3.12 – Da República à China atual	59
3.13 – O conceito de Nação na origem do Império	62
Conclusão	65
Referências Bibliográficas	70
Anexo I	74

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar a formação do Primeiro Império Chinês a partir da unificação dos Reinos que foi estabelecida pelo Imperador Qin Shi Huang e a possibilidade de este Império ser considerado uma nação. Serão analisados os conceitos modernos e os elementos que dão origem e que concretizam a formação de uma nação. Após a exposição do contexto teórico, serão apresentadas a história da China no período da ascensão do Império de Qin, as transformações política, administrativa e cultural ocorridas na região, bem como a aplicação dessa teoria ao histórico da Dinastia, na tentativa de identificar os elementos que caracterizam a China de Qin como uma nação. E, por fim, será feita uma comparação entre o primeiro e o último Império Chinês, e apresentado o histórico da queda do regime imperial e da implantação da República até os dias atuais.

INTRODUÇÃO

Os países asiáticos têm chamado a atenção de vários estudiosos, tanto pelo desenvolvimento político como pelo crescimento econômico apresentado nas últimas décadas. Entre esses países, escolhemos a China como objeto de estudo, tendo em vista que este país vem despontando como nova potência econômica mundial e como importante parceiro comercial do Brasil.

No intuito de estudar a origem e formação deste país, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a possibilidade de a China construída pelo Imperador Qin Shi Huang ser considerada uma nação, a partir das discussões recentes a respeito dos fatores que a compõem. Entre esses fatores, tentaremos identificar os motivos pelos quais o indivíduo precisa fazer parte de uma comunidade, qual a origem do sentimento nacional, até que ponto a tradição guia uma sociedade e como ela influencia a identidade dos indivíduos. Observaremos, também, qual a influência do poder da instituição governante nos aspectos já citados e na preservação da cultura e na formação da nação.

Para tanto, será feita uma análise dos fatores políticos e econômicos estabelecidos na Dinastia de Qin Shi Huang, de acordo com o interesse da figura central de seu Imperador, e que podem classificar a China, desse período, como uma nação.

Analisaremos, ainda, a reação da população (como indivíduo e como comunidade) com o impacto das transformações ocorridas pela ascensão do imperador ao poder; e o comportamento de um governante ambicioso e autoritário que almejava aumentar seu poder, seus domínios e alcançar a imortalidade, sem medir esforços para realizar suas vontades.

Para desenvolver mais claramente esses objetivos, faremos, primeiramente, uma exposição teórica dos elementos que caracterizam e levam à formação e à consolidação dos agrupamentos humanos como nação.

Ressaltamos que as reflexões teóricas utilizadas neste trabalho são, na sua grande maioria, de autores ocidentais modernos e contemporâneos de renome internacional, tendo em vista que tivemos dificuldade em encontrar bibliografia oriental sobre o assunto, traduzidas para o português ou inglês. Ao localizarmos textos de autores orientais, verificamos que eles possuem como referência bibliográfica os mesmos autores ocidentais que serão aqui mencionados.

Num segundo momento, este trabalho enfatizará a China na Antiguidade, descrevendo a formação, a evolução e a consolidação do primeiro Império Dinástico Chinês, durante o período de 221 a 206 a. C. Sob o comando do Imperador Qin Shi Huang, além da primeira unificação do país – a conquista dos Reinos Combatentes – ocorreram transformações significativas na região, tais como: a mudança da organização administrativa de feudos para Império, o fim de um período de constantes guerras, a reforma cultural, a miscigenação dos povos e a unificação da língua.

Por último, e para enfatizarmos a importância do período de Qin na história da China, será feita uma comparação entre o primeiro e o último Império Chinês, na tentativa de identificarmos as diferenças e semelhanças, tendo como base o legado de Qin Shi Huang em 2000 anos de Império. Faremos, ainda, uma descrição da queda do Império, da implantação da República e da situação político-administrativa da China atual.

1 – A FORMAÇÃO DA NAÇÃO

O presente capítulo tentará entender as razões que levam o indivíduo a agir em busca de sua estabilidade na sociedade, na medida em que, numa mesma região, podem ser encontradas diversas culturas, crenças e línguas coexistindo em harmonia. É a partir dessa coexistência que o sentimento de nacionalismo, a tradição e a necessidade de preservação da identidade se fazem presentes dentro de uma comunidade fundamentada no poder e na cultura. Além disso, temos a língua como forma de proteção e preservação da sociedade e de seus ideais. Com base no princípio de que o indivíduo só consegue o bem estar próprio a partir de uma vida em comunidade, e da comunicação entre o governante e os governados, serão analisados conceitos modernos e contemporâneos que contribuem para o estudo dessa necessidade de convívio humano, e que tem como consequência a formação da nação.

Os termos nação, nacionalismo, tradição, comunidade, identidade, poder e cultura serão apresentados por meio de obras consideradas clássicas para essa linha de estudo. No entanto, vale ressaltar que o trabalho parte de conceitos que analisam uma realidade ocidental moderna, na tentativa de aplicá-los a uma sociedade “do oriente antigo”. É importante ressaltarmos esse fato, pois verificamos que o estudioso oriental que pesquisamos para este trabalho¹ elabora seus conceitos tendo como subsídio as proposições de teóricos ocidentais.

Assim, o capítulo pretende descobrir a influência de cada um desses conceitos na construção e manutenção das diversas sociedades e até que ponto eles podem ser aplicados à história da humanidade, tendo em vista que a nação é considerada característica básica da modernidade.

1.1 O conceito de Nação

A nação é uma palavra recente no vocabulário das diversas sociedades, atribuída a grupos fechados, onde cada qual possua elementos diferenciados. O conceito universal de

¹ Suisheng Zhao. Diretor Executivo do Centro de Cooperação China-EUA da Universidade de Denver; Professor da Faculdade de Relações Internacionais da Universidade de Denver; fundador e editor do “Journal of Contemporary China”.

nação e o estudo de sua origem são fatores historicamente recentes e ainda muito discutidos pelos estudiosos.

Para entendermos o que é a nação, utilizaremos, inicialmente, os pensamentos de Eric J. Hobsbawm que contribui para a evolução do conceito quando considera a origem e a descendência como seus sinônimos. Ele define a nação como a soma de um Estado ou corpo político que reconhece um governo comum, formado por esse Estado e seus habitantes, ou seja, “*qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se membros de uma nação*”².

Quando analisamos Leon Pomer, vemos que, tal como Hobsbawm, ele afirma que a nação é uma forma de agrupamento humano, mas nem todo agrupamento humano é uma nação. Pomer ressalta que uma das características da nação é o fato da identidade comum ser aceita por um número maior de pessoas do que em qualquer outro agrupamento humano. Quem se reconhece membro de uma nação aceita que as pessoas que vivem dentro dos limites do Estado sejam seus co-nacionais, quando a nação tem seu próprio Estado independente³.

Tanto Hobsbawm como Pomer são coerentes às idéias de Anderson sobre nação. Este autor utiliza o conceito de forma mais específica: para ele, a nação é uma comunidade política imaginada como limitada e soberana. Ela é considerada imaginada, porque seus membros não conhecem necessariamente a sua amplitude, e uns aos outros. Essa nação pode ser considerada imaginada limitada, pois as fronteiras que separam as diversas nações são finitas e “*nenhuma nação se imagina coextensiva com a humanidade*”⁴.

Nas citações de Manuel Castells temos uma visão diferente e mais apropriada à nossa realidade no que diz respeito à comunidade imaginada. Ele deixa claro que o Estado é capaz de construir a identidade nacional por si próprio e afirma que as comunidades podem ser imaginadas; mas isso não significa necessariamente que serão acolhidas pelo povo. Se analisarmos pelo ponto de vista de que as nações podem ser consideradas como “*comunidades culturais construídas nas mentes e memória coletiva das pessoas por meio*

² HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 18.

³ POMER, Leon. *O surgimento das nações*. Tradução de Mirna Pinsky. 7 ed. São Paulo: Atual, 1994, p. 12.

⁴ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989, pp. 14-15.

*de uma história e de projetos políticos compartilhados”*⁵, podemos perceber que se torna contraditório igualar os termos “nação” e “Estado” a “Estado-Nação”.

A soberania é uma característica que tem sido aplicada ao termo nação e, para entendermos a importância dessa palavra na construção do perfil de poder do Estado, podemos citar Adauto Novaes. Ele concorda com Anderson ao enfatizar que a nação é um produto da história que se afirma como autoridade soberana num território delimitado por fronteiras. Na falta dessa característica, o termo nação significaria simplesmente uma etnia, isto é, uma população cujos membros têm a mesma origem, mesmos costumes e se diferenciam pelo uso de uma mesma língua.

Novaes acredita na soberania da nação quando fala que, para Raymond Aron, era inadmissível a rejeição em relação à existência de nação e nacionalismo. Além disso, para ele, o princípio e a finalidade da nação consistiam na participação de todos os governados no Estado⁶.

É importante lembrar que, mesmo antes do termo “soberania” ser utilizado pelos teóricos, Nicolau Maquiavel já falava da autonomia do governante. O autor propunha três formas ideais para o governante garantir a estabilidade da dominação de um Estado: 1) arruinar o Estado dominado; 2) residir no novo território; e 3) manter as leis impondo um tributo e instituindo um governo de poucos.

Maquiavel defendia as possibilidades de manutenção da autonomia por meio vil ou criminoso. Temos aqui aqueles que usaram a crueldade adequadamente, com o objetivo de se garantir, mas depois a substituíram por medidas benéficas a seus súditos. No entanto, Maquiavel já citava que o conquistador devia praticar todas as suas crueldades no Estado novo, mas devia evitar a repetição, já que o povo, mais calmo, possibilitaria a fácil sedução com benefícios. O governante que não agisse dessa forma não poderia contar com seus súditos, pois esses não teriam confiança no próprio governante⁷.

A partir dessas afirmativas, tornava-se imprescindível que os súditos percebessem e sentissem a necessidade do Estado; assim, o soberano teria um exército de fiéis para defendê-lo e ao Estado. Portanto, quem fortificasse bem o seu domínio, e não fosse odiado

⁵ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 69.

⁶ NOVAES, Adauto (org.). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 62-70.

⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe e Dez cartas*. Tradução: Sérgio Bath. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, pp. 28-30.

pelo povo, não seria atacado com facilidade, pois a base principal de todos os Estados era a predominância de boas leis e bons soldados ⁸.

Maquiavel apontava, ainda, que quem quisesse demonstrar a bondade em todas as suas atitudes podia perder sua autonomia. Era primordial que o governante soubesse quando e como deveria agir sem bondade. Era bom ser considerado generoso, mas, para isso, o soberano deveria impor pesados tributos ao povo, usando todos os meios possíveis para conseguir dinheiro, o que o tornava odiado. No entanto, era importante que o príncipe fosse considerado clemente, e não cruel⁹. Dentro desse contexto, Maquiavel afirmava que, para se manter no poder, era preciso que o soberano fosse, ao mesmo tempo, amado e temido, mesmo que fosse um tanto difícil alcançar esse objetivo. Maquiavel expunha, ainda, que o soberano tinha poder para agir em prol da manutenção de seus domínios e de sua segurança¹⁰.

Em contraste a esses conceitos de soberania, temos a opinião de Zygmunt Bauman, um autor que, ao contrário dos que foram apresentados, foca seu estudo na comunidade que compõe o Estado soberano. Ele afirma que as nações identificadas pela soberania do Estado-Nação têm pouca liberdade entre seus indivíduos e é por isso que os direitos convergem para a comunidade. Assim, a cultura se torna principal referência entre os habitantes que, então, manifestam lealdade e evitam relações cordiais com estranhos. Nesse sentido, a “*defesa da comunidade tem que ter precedência sobre todos os outros compromissos*” ¹¹. Podemos dizer que a falta da comunidade deriva da falta de segurança - qualidade fundamental para uma vida feliz, mas pouco oferecida pelo mundo em que vivemos.

Para Friede é natural que o homem, que deseja viver em comunidade, estabeleça grupos a partir de um tipo de identidade que é atribuída a vínculos comuns. Esses vínculos, com o tempo, originam as sociedades e, posteriormente, as nações, em virtude do estabelecimento de um território e de um pacto no qual o homem abre mão do benefício individual, visando o bem-estar coletivo. Essa predominância do individual pelo coletivo é denominada soberania. Dessa forma, o autor descreve que nação é uma comunidade de base cultural, com tradições e costumes e línguas semelhantes¹².

⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe e Dez cartas*. Tradução: Sérgio Bath. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, pp. 34-37

⁹ MAQUIAVEL, N., op. cit., pp. 44-46.

¹⁰ Idem, pp. 34-37

¹¹ BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Ltda., 2003, p. 127.

¹² FRIEDE, Reis. O Estado como realidade político-jurídica. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 1989, n. 796, mai./ago. 2003, pp. 100-102.

Bauman é coerente com o histórico do convívio dos indivíduos da nação soberana, quando menciona que a construção da nação tinha duas faces: a nacionalista e a liberal. A face nacionalista era raramente benigna e às vezes sanguinária – queria educar e converter, mas se a persuasão e doutrinação não funcionassem, a coação era utilizada. A escolha do Estado-Nação entre essas duas faces não faz diferença para o destino das comunidades: o nacionalismo e o liberalismo podem ter diferentes estratégias, mas compartilham o mesmo propósito. Não havia lugar para a comunidade, e menos ainda para uma comunidade autônoma e capaz de autogoverno. As duas faces viam o iminente desaparecimento do poder intermediário ¹³.

Podemos, então, observar que a construção da nação para as comunidades étnicas era a escolha entre assimilar (a extinção da diferença) ou perecer (a extinção do diferente), mas nenhuma delas deixava espaço para a sobrevivência da comunidade ¹⁴.

Ressaltamos a semelhança nas idéias Bauman e Novaes quando este último autor cita Raymond Aron em sua obra: “*Na nação, comunidade de cultura e ordem militar reúnem-se para criar unidade política, (...), pois todos os indivíduos participam da cidadania (...)*” ¹⁵. Outro ponto importante a ser tratado é o fato de que o conceito de nação indica independência e unidade política. Nesse ponto, fica claro o fato de a estrutura e a definição dos Estados passarem a ser territoriais, pois está nítida a relação entre nação, Estado e território, onde nação, Estado e povo são iguais. Tudo isso como “*consequência da autodeterminação popular*” ¹⁶.

Hobsbawm restringe ainda mais o conceito quando aponta três critérios para a classificação de um povo como nação: 1) a associação histórica a um Estado já existente; 2) a presença de uma elite cultural antiga, e tradição na escrita; e 3) a certeza da vitória nas buscas por conquistas ¹⁷. “*Um povo imperial torna uma população consciente de sua existência coletiva como povo*” ¹⁸.

Em contrapartida, podemos citar Rosenfield, pois, para ele, o conceito de nação se baseia na vontade comum dos indivíduos que possuem moral e identidade semelhantes.

¹³ BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Ltda., 2003, pp.84-85.

¹⁴ BAUMAN, Z., op. cit., pp. 83-84

¹⁵ ARON. R. *Paix et guerre entre les nations*. Paris: Calmann Lévy, 1962, p. 296. apud NOVAES, Adauto (Org.). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 57.

¹⁶ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp. 30-32.

¹⁷ Esses três critérios serão desenvolvidos no estudo de caso a ser apresentado no capítulo 3.

¹⁸ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp. 49-50.

Percebemos que essa nação está estritamente ligada a uma tradição comum que proporciona o desejo do indivíduo de viver em comunidade.

Dessa forma, a nação aparece como um guia para os indivíduos que vivem numa mesma comunidade cultural, cuja língua e costumes tendem a ser iguais. Ele propõe ainda que as sociedades mudam com o tempo, mas o sentimento de comunidade permanece na nação¹⁹.

No que diz respeito à nação, Maquiavel já enfatizava que os Estados que foram conquistados e anexados a outros preexistentes podiam ser de mesma nacionalidade, língua e costume, o que certamente tornava a dominação mais fácil, pois não havia liberdade. Desta forma, o povo aceitava mais facilmente os novos governantes. Se a conquista fosse com língua, leis e costumes diferentes, a dificuldade seria grande, sendo necessária boa sorte para se manter no novo poder. Assim, a solução proposta pelo autor para não perder a conquista era que o governante se instalasse no novo território - estando o soberano presente, com uma tropa forte e numerosa, qualquer tentativa de revolução podia ser facilmente percebida e contida²⁰.

O autor Estevão Chaves de Rezende Martins é importante referência para o conceito de nação, na medida em que suas definições são objetivas e facilmente percebidas no que diz respeito ao poder, à cultura e ao indivíduo na sociedade. A verdade da nação está nos indivíduos que a compõem e que se adaptam ao espírito nacional, o que impede o crescimento dos níveis de desigualdades sociais e culturais muito elevados²¹.

Para justificar suas idéias, o autor propõe três vertentes para o discurso político nacional e a idéia de nação: a razão, a vontade e a justiça. Esses três elementos juntos permitem que as nações e a democracia se integrem em ambientes e culturas diversificadas.

Martins defende que as nações modernas representam resultado significativo de um movimento de racionalização. A nação, como organização estatal e política, aparece como resposta às desestruturações que ocorrem na sociedade. Isso pode ser percebido quando o autor afirma que “a nação permitirá a criação de territórios controlados politicamente

¹⁹ ROSENFELD, Denis L. Poder e nação. Tradução de Beatriz Sidou, Márcio Oliveira Dornelles e Sônia Martins. *Filosofia Política* 6, Porto Alegre, n° 6, outono 2001, p. 200.

²⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe e Dez cartas*. Tradução: Sérgio Bath. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 14.

²¹ MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações Internacionais: cultura e poder*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002, p. 124.

*pelo Estado e integrados pela difusão de uma alta cultura (...), por meio de sistemas (...) unificados”*²².

No entanto, contrapondo Hobsbawm e aplicando a forte participação do indivíduo no que se refere à construção da sociedade, Martins chama atenção para o fato de que a forte presença dos princípios da razão no cotidiano da vida em comunidade pode enfraquecer a capacidade política de uma nação. Para justificar esse ponto, ele apresenta a nação como uma vontade política, afirmando que a razão instrumental é necessária à construção de um Estado e de uma sociedade unida e poderosa.

Essa linha de pensamento indica que a nação é o produto da determinação coletiva dos indivíduos que a compõem; é uma opção de viver em comum, de se desenvolver, de enfrentar os adversários e as dificuldades da competição internacional. A vontade é comum e assumida por representantes convocados pelo Estado que garantem continuidade dos interesses.

Diferentemente de Hobsbawm e Bauman, Martins apresenta um conceito marcante para a nação, quando a define por meio de mecanismos políticos e estatais, como “... *a vontade coletiva dos indivíduos que a compõem uma vez que realizam as tendências profundas presentes em sua história*”²³.

A partir das explanações sobre o termo “nação”, convém abordarmos os conceitos e a importância do sentimento de nacionalismo na composição da sociedade. Para Hobsbawm, por exemplo, vários critérios devem ser estabelecidos para a existência de nacionalidade e para o conhecimento do motivo pelo qual nem todos os grupos se tornam nações. Dos critérios comuns entre os povos estão a língua, a etnia, o território, a história e os traços culturais. Ao concordar com Hobsbawm, Bauman acrescenta que a nacionalidade compartilhada deve legitimar a unificação política do Estado, as raízes e o caráter comum da sociedade, só havendo lugar para uma memória histórica e um sentimento patriótico. Com o tempo, a língua, reconhecida oficialmente, passou a ser a identificação de uma nação, o que proporcionou estabilidade política ao Estado e total controle da nação²⁴.

Para Zhao, o nacionalismo, como conceito moderno, combina a noção política de território auto determinado à noção cultural, ou identidade nacional, e à noção moral da

²² MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações Internacionais: cultura e poder*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002, p. 122.

²³ MARTINS, E., op. cit., pp. 122-123.

²⁴ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 134.

autodefesa nacional num mundo anárquico²⁵. O Estado-Nação moderno é forma única de organização política que nasceu como resultado da luta entre império e nação, e entre tradição e modernidade. O crescimento do nacionalismo moderno significou a ascensão dos sentimentos associados a traços particulares das nações que visavam independência política para adquirir e manter status igual às outras nações.

No mundo contemporâneo a imagem predominante do nacionalismo é negativa, pois é a partir dele que surgem comportamentos agressivos de nacionalismo sem explicação. A partir dessa afirmação, Zhao tenta demonstrar os limites do nacionalismo e identificar se ele é afirmativo, positivo ou agressivo, pois desenvolve sentimentos de inimizade entre os povos e nações²⁶.

O autor examina três diferentes orientações sobre o nacionalismo: nativista, antitradicionalista e pragmática.

A perspectiva nativista foi amplamente defendida pelas elites tradicionais. O nativismo propõe a importância da tradição e acredita que o impacto do imperialismo na auto-estima de um povo é a razão do enfraquecimento da nação, pois a erradicação da influência externa revitaliza a força nacional. A nação deve garantir a independência por meio da unidade interna que é a base da força na medida em que identifica o imperialismo expansionista como inimigo da independência nacional²⁷. Os nativistas acreditam que a tradição cultural vem de valores universais e do orgulho nacional.

Em oposição ao nativismo, o antitradicionalismo vê a tradição como fonte da fraqueza da nação, e para revitalizá-la as novas elites defendem a rejeição à tradição e à miscigenação com outras culturas. Essa vertente apóia a adoção de modelos de modernização estrangeiros com vistas à recriação da grandeza nacional. Além disso, são caracterizados pela desconfiança e pelo medo de outras nações, e são associados a sentimentos nacionais e ao patriotismo.

Os pragmáticos vêem a miscigenação de culturas como fonte de fraqueza, pois a nação se torna vítima do imperialismo externo por conta da decadência política que elimina qualquer possibilidade de defesa. Essa vertente revela seu orgulho na herança

²⁵ GELLNER, Ernest, *Nations and Nationalism* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1983); and HOBBSBAWM, Eric. J., *Nations and Nationalism since 1780* (Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990). apud ZHAO, Suisheng. Chinese Nationalism and Its International Orientations. *Political Science Quarterly: the journal of public and international affairs*, New York, vol. 113, nº 1, spring 2000, p. 3.

²⁶ ZHAO, Suisheng. Chinese Nationalism and Its International Orientations. *Political Science Quarterly: the journal of public and international affairs*, New York, vol. 113, nº 1, spring 2000, p. 2.

²⁷ ZHAO, S., op. cit., p. 5.

nacional e no desenvolvimento, mas critica a interpretação dos símbolos nacionais, classificando-a como invenção de histórias e tradições²⁸. Esse processo de invenção envolve a fabricação de fatos e memória seletiva da história das nações e do legado cultural.

Os líderes pragmáticos adotam o nacionalismo para renovar as diferenças entre os países, substituídas pela ordem hegemônica de valores políticos. Esse nacionalismo tem sido utilizado para reunir o apoio popular, criando um sentimento comunitário entre os cidadãos²⁹.

O nacionalismo reflete os atributos e aspirações de um grupo de líderes políticos, com escassez de ideais culturais coletivos que podem impor limites ao comportamento da liderança³⁰. Além disso, o efeito destrutivo do nacionalismo impõe limites às atitudes dos líderes. O desenvolvimento das nações está relacionado à tensão entre o nacionalismo étnico e a criação de um Estado-Nação multiétnico.

O nacionalismo é fortalecido pelos sentimentos de humilhação nacional e orgulho³¹. A grandeza nacional é acordada a partir de objetivos e do histórico da elite que sustentam as perspectivas do nacionalismo. O nacionalismo defensivo faz com que os líderes defendam os interesses nacionais nos assuntos que tratam da segurança nacional e da integridade territorial. Esse nacionalismo gera preocupações a respeito da legitimidade nacional e das estratégias de desenvolvimento, em virtude do crescimento do nacionalismo étnico dos líderes³².

Apesar do termo “cultura” significar o modo de vida de um povo, com os diversos critérios comuns já citados anteriormente, Martins, difere desses dois autores, ao afirmar que, apesar da palavra cultura estar no singular, ela tem o contexto de pluralidade no que se

²⁸ HOBBSWAM, Eric and RANGER, T. eds., *The invention of Tradition* (Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1983); GELLNER, Ernest, “Nationalism in the Vacuum” in Alexander Motyl, ed., *Thinking Theoretically about Soviet Nationalities* (New York: Columbia University Press, 1992). apud ZHAO, Suisheng. Chinese Nationalism and Its International Orientations. *Political Science Quarterly: the journal of public and international affairs*, New York, vol. 113, n° 1, spring 2000, p. 18.

²⁹ ZHAO, Suisheng. Chinese Nationalism and Its International Orientations. *Political Science Quarterly: the journal of public and international affairs*, New York, vol. 113, n° 1, spring 2000, pp. 17-18.

³⁰ PYE, Lucian W., “How China’s Nationalism was Shanghaied”, *Australian Journal of Chinese Affairs* 29 (January 1993): 126. apud ZHAO, Suisheng. Chinese Nationalism and Its International Orientations. *Political Science Quarterly: the journal of public and international affairs*, New York, vol. 113, n° 1, spring 2000, p. 19.

³¹ NATHAN and Ross, *The Great Wall and the Empty Fortress*, 34. apud ZHAO, Suisheng. Chinese Nationalism and Its International Orientations. *Political Science Quarterly: the journal of public and international affairs*, New York, vol. 113, n° 1, spring 2000, p. 28.

³² ZHAO, Suisheng. Chinese Nationalism and Its International Orientations. *Political Science Quarterly: the journal of public and international affairs*, New York, vol. 113, n° 1, spring 2000, pp. 23-32.

refere à etnia, patrimônio, referência nacional ou ao modo de vida de um povo. A cultura é um caráter primordial dos indivíduos, promovido pelo Estado em função de seus interesses, pois legitimam seu poder. Assim, a versão patriótica do nacionalismo não é falsa, mas pode ser explorada inadequadamente por líderes interessados em manipular os cidadãos para colocá-los a serviço de seus objetivos³³.

Hobsbawm alerta que o patriotismo nacional tende a ser uma força política poderosa, na medida em que apresenta a língua, a etnia e a religião como características que distinguem as diversas comunidades culturais. No entanto, esse patriotismo baseava-se no Estado e não transmitia idéia nacionalista suficiente para a formar uma nação.

Em contrapartida, Bauman afirma que uma nação significa a busca do princípio e a negação da diversificação étnica entre os súditos. Essa nação é composta por diversas minorias étnicas que se adaptam ao convívio social, embora houvessem as diferenças causadas pela nacionalidade compartilhada entre as diversas línguas, tradições e hábitos, cultura, memória histórica e sentimento patriótico³⁴.

Além disso, devemos citar que foi esse patriotismo que levou à democratização da política, proporcionando maior legitimidade aos Estados, mesmo com a insatisfação dos cidadãos. A identificação de um Estado como uma nação implica “... *na homogeneização e padronização de seus habitantes, essencialmente por meio de uma ‘língua nacional’ escrita*”³⁵. Nesse ponto, Castells concorda com Hobsbawm e acrescenta que as fronteiras territoriais e étnicas são fundamentais para o auto-reconhecimento de uma sociedade, e até mesmo de uma unidade política.

No livro de Novaes temos a confirmação desses conceitos, em especial quando ele apresenta a citação de Raymond Aron de que os críticos do nacionalismo e da nação esquecem que “*A nação tem por princípio e por finalidade a participação de todos os governantes no Estado*”³⁶.

Para reforçar esses argumentos, Anderson, seguindo o raciocínio de Hobsbawm, citou algumas palavras de Ernest Gellner: “a junção de um povo a culturas maiores, especialmente culturas instruídas, (...) permite aos grupos étnicos adquirir ativos (...) que,

³³ MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações Internacionais: cultura e poder*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002, pp. 59-64.

³⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Ltda., 2003, pp. 70-84.

³⁵ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 114.

³⁶ ARON, R. *Paix et guerre entre les nations*. Paris: Calmann Lévy, 1962, p. 299. apud NOVAES, Adauto (Org.). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 57.

(...), podem ajudá-los a se tornarem nações (...)"³⁷. No entanto, Gellner também afirma que o nacionalismo não é a solução para autoconsciência, pois "ele inventa nações onde elas não existem"³⁸, ou seja, esse nacionalismo significa o sustento da unidade política e nacional. Consideramos que Hobsbawm concorda com Gellner quando defende que o significado de nação muda de acordo com a evolução política, econômica e cultural da sociedade: "hoje todos os Estados do planeta, pelo menos oficialmente, são 'nações'; todos os movimentos de libertação tendem a ser movimentos de libertação nacional"³⁹.

A partir dessa definição, cabe assinalar um ponto pouco explorado por Hobsbawm, que é citado na obra de Anderson: o nacionalismo oficial dos impérios dinásticos é considerado grande estratégia de grupos e líderes que se sentem ameaçados por uma comunidade nacionalmente imaginada emergente, e que surgiu junto a movimentos nacionais populares na Europa a partir da década de 1820⁴⁰. Nesse ponto vale ressaltar que as dinastias orientais da antiguidade já passavam por experiências semelhantes.

Em contrapartida, vale ressaltar que Cláudio Lomnitz, ao criticar a obra de Anderson, afirma que aquele autor considera o nacionalismo como uma forma de vida em comunidade, cuja cultura foi determinada pela influência de comunidades pré-existentes. Ou seja, o nacionalismo é uma criação histórica muito recente que se preocupa com a formação da identidade e com a construção de uma cultura compartilhada.

Lomnitz acrescenta que um aspecto importante do nacionalismo é sua capacidade de proporcionar o sacrifício pessoal a partir da comunidade e da moral. Dessa forma, é natural que o indivíduo aceite fazer parte de uma comunidade nacional baseada na igualdade, mas ela depende do Estado por meio da cidadania que este proporciona. Desta forma, podemos afirmar que o nacionalismo articula o cidadão dentro de sua comunidade⁴¹.

É importante lembrarmos que a cidadania a qual o autor se refere é a que encontramos no nacionalismo do Estado moderno. Contudo, o sentimento de nacionalismo

³⁷ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 86.

³⁸ GELLNER, Ernest. *Thought and Change*, p. 169. apud ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989, p. 14.

³⁹ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 195.

⁴⁰ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 114.

⁴¹ LOMNITZ, Cláudio. O nacionalismo como um sistema prático: a teoria de Benedict Anderson da perspectiva da América hispânica. Tradução de Heloisa Buarque de Almeida. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n° 59, março 2001, pp. 37-45.

que encontramos nas sociedades mais antigas vinha da lealdade do povo ao seu governante que representava o poder soberano.

Para continuarmos o estudo das razões que levam os indivíduos a se sentir parte de uma comunidade e, conseqüentemente de uma nação, passaremos para a exposição do conceito de “tradição”, no intuito de observar até que ponto a tradição influencia na construção e consolidação da sociedade.

Tendo como referência Eric Hobsbawm e Terence Ranger, consideramos que o termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, ele inclui tanto as tradições que foram realmente inventadas como as que surgiram num determinado período e se estabeleceram muito rapidamente.

*“Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”*⁴².

Assim, verificamos que essas tradições são reações a situações novas que fazem alusão a situações anteriores ou formam seu passado através da repetição. Nesse ponto, a tradição deve ser diferenciada do costume, presente nas sociedades tradicionais. Esse costume permite inovações e mudanças, desde que sejam compatíveis ou idênticos ao costume anterior. Embora possa variar, a sua função é dar às mudanças a continuidade histórica. A decadência do costume modifica a tradição à qual ele está associado.

Com essa obra, vemos que é necessário estabelecer diferença entre tradição e rotina, já que, quando consideradas hábitos, essas rotinas necessitam ser imutáveis para terem maior atuação na sociedade.

As regras e a rotina não são tradições inventadas, pois têm funções técnicas e não ideológicas. Essas regras existem para facilitar a execução de atividades, e podem ser alteradas de acordo com as transformações dessas atividades, permitindo que o costume adquira resistência às inovações por aqueles que o adotaram.

“A invenção das tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição

⁴² HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9.

da repetição”, afirma Hobsbawm⁴³. É difícil descobrir a origem do processo quando as tradições foram em parte inventadas, em parte desenvolvidas em grupos fechados.

As tradições são inventadas quando ocorrem grandes e rápidas transformações na sociedade, tanto de demanda quando de oferta. Além disso, as formas mais antigas de comunidade, autoridade e tradições eram rígidas e antiquadas, ou seja, as novas tradições surgiram devido à “*incapacidade de utilizar ou adaptar as tradições velhas*”⁴⁴.

Ainda assim, devemos ter em mente que muitas tradições podem ser inventadas; não por que os velhos costumes estão indisponíveis e inviáveis, mas porque eles não são mais usados. O estudo dessas tradições esclarece as relações humanas com o passado; isso ocorre porque toda tradição inventada tem a história como legitimadora das ações, muitas vezes tornando-se o próprio símbolo do conflito.

As tradições inventadas são importantes na história moderna e contemporânea. Elas se aplicam à nação, ao nacionalismo, ao Estado nacional, aos símbolos nacionais, e às interpretações históricas. A nação moderna é constituída de tradições inventadas e o fenômeno nacional não pode ser estudado adequadamente sem que se observe a invenção das tradições⁴⁵.

Devemos considerar também a visão de Martins, a qual especifica que, tanto a razão quanto a vontade constroem o nacionalismo, de forma que este se opõe à tradição. Além disso, razão e vontade representam a ideologia das elites econômicas, culturais ou estatais, contrário da justiça – que proporciona legitimidade à vontade e à modernização. Para este autor, a nação institui a igualdade civil - igualdade de todos perante a lei, que proporciona igualdade democrática e cidadania.

Ao longo do texto foram abordados os conceitos de nação e nacionalismo aplicados às diversas comunidades. Devido à abrangência desses termos, apresentaremos também o tema “comunidade”, cujos conceitos consolidarão este trabalho. Utilizaremos como base os livros de Anderson e de Bauman.

Constatamos que a nação é uma comunidade na medida em que transmite sentimento de companheirismo entre seus integrantes, não levando em consideração a desigualdade e a exploração⁴⁶. Essa afirmativa ratifica os conceitos de Bauman, de que a

⁴³ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 12.

⁴⁴ HOBBSAWM, E.; RANGER, T., op. cit., p. 13.

⁴⁵ Idem, pp. 12-22.

⁴⁶ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1989, p.15.

nação está relacionada às dimensões de comunidade, e que essa comunidade deve representar um lugar agradável, onde todos ajudam uns aos outros. E ainda: sem a comunidade não temos proteção e pode ocorrer a perda da liberdade e da segurança⁴⁷.

Um outro aspecto apontado por Bauman é de que a comunidade real exige obediência em troca dos serviços prestados por ela. Se algumas pessoas demonstram necessidade de segurança, elas devem abrir mão, de forma total, ou parcial, de sua liberdade, para garantirem autonomia, direito à auto-afirmação e à identidade. A segurança e a liberdade são valores importantes e sempre desejados, mas estão constantemente em atrito. Isso nos mostra a dificuldade de lidar com a tensão entre a segurança e a liberdade, ou comunidade e individualidade. “*A segurança é inimiga da comunidade cercada de muros e protegida por cercas*”⁴⁸.

Ele define, ainda, o consenso como entendimento ao estilo comunitário, que não precisa ser construído, mas apenas utilizado. O tipo de entendimento em que a comunidade se baseia é o ponto de partida de toda união, e por isso, em toda comunidade as pessoas “*permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que as separam*”⁴⁹. Novaes apóia essa idéia ao afirmar que na comunidade temos o surgimento de um laço poderoso entre os homens, e o surgimento do sentimento de uma identidade comum. Assim, não é o território, nem a raça das pessoas que determina uma nação, mas o conteúdo histórico da região e do povo⁵⁰.

A comunidade é fiel à sua natureza porque é pequena e auto-suficiente de outros agrupamentos humanos e, além disso, “*se parece com uma fortaleza sitiada, continuamente bombardeada por inimigos (...) de fora e freqüentemente assolada pela discórdia interna*”⁵¹. Bauman expõe que a identidade e a comunidade não andam juntas e que cada indivíduo deve escolher uma delas para se adaptar à sociedade. E ainda, deixa claro que para que todos tenhamos propagação da segurança garantida, devemos ter em mente o sacrifício da liberdade; contudo, segurança sem liberdade pode parecer uma prisão para aqueles que compõem a sociedade.

⁴⁷ BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Ltda., 2003, p.7.

⁴⁸ BAUMAN, Z., op. cit., p.127.

⁴⁹ Idem, pp. 15-16.

⁵⁰ NOVAES, Aduino (Org.). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 60-63.

⁵¹ BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Ltda., 2003, pp. 18-19.

Em contrapartida, Castells apóia a idéia de que o surgimento da sociedade expõe os processos de construção de identidade, induzindo novas formas de transformação social entre os indivíduos e os grupos sociais⁵².

Bauman ainda ressalta que os integrantes da comunidade estão submetidos à interdependência, limitando a individualidade absoluta. Tendo em vista que há tarefas individuais, mas que não se pode realizar individualmente, tudo que nos separa dos outros e estabelece limites torna a execução dessas tarefas mais difíceis. Precisamos ter controle sobre as condições que enfrentamos e, muitas vezes, esse controle só é alcançado coletivamente⁵³. É na realização dessas tarefas que a comunidade mais faz falta; e esta é a oportunidade para que a comunidade venha a se realizar. Lembramos então, as últimas palavras deste autor em seu livro:

*“... Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos.”*⁵⁴

Mais uma vez, é possível notar que essas reflexões são de uma época moderna, na qual o indivíduo é tratado como principal fonte de estudo pelos pensadores europeus. É neste ponto que percebemos o contraste entre o objeto de estudo e a realidade dos pensadores que estão sendo apresentados, pois a antiguidade asiática não permitiu, por muito tempo, a aplicação dos conceitos que vêm sendo tratados no cotidiano de uma comunidade.

Para uma visão mais específica sobre o conceito de identidade, analisaremos a obra de Castells, onde ele define esse termo como *“o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”*⁵⁵. Tanto para um indivíduo, como para uma comunidade, pode haver diversas identidades. No entanto,

⁵² CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 27.

⁵³ BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Ltda., 2003, pp. 133-134.

⁵⁴ BAUMAN, Z., op. cit., p. 134.

⁵⁵ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 23.

essa pluralidade é contraditória no que tange à distinção entre identidade e conjunto de papéis exigidos pelas instituições da sociedade.

Com base nesse autor, podemos afirmar que toda identidade é construída. Para desenvolver esse argumento, ele propõe três origens de construção social da identidade, que acontecem por meio de relações de poder:

1. A identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade, para expandir a dominação em relação aos atores sociais⁵⁶.
2. Identidade de resistência: criada por atores com posições desvalorizadas no que tange a dominação, construindo resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos das instituições da sociedade.
3. Identidade de projeto: quando os atores sociais se utilizam da cultura para construir uma nova identidade, buscando a transformação de toda a estrutura social.

Cada um desses processos de construção de identidade leva a um resultado distinto no que tange à constituição da sociedade. “A *identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil*”⁵⁷, e as comunidades territoriais e a auto-affirmação nacionalista são manifestações para a construção de uma identidade defensiva nos termos das instituições dominantes.

Para apresentar a idéia de legitimidade, cuja definição apóia os conceitos de identidade citados por Castells, convém mudarmos o foco da análise – que tem se mostrado predominantemente no Estado – para o indivíduo. Assim, entenderemos a questão da legitimidade da instituição a partir da obediência e aceitação do homem que compõe essa sociedade. Ressaltamos a colocação de Max Weber de que toda dominação requer obediência no que diz respeito à execução das ordens. Essa obediência pode ser exercida por meio de costume, afetividade ou interesses materiais, tudo isso vinculado à legitimidade.

Para desenvolver o conceito de legitimidade Weber apresenta três tipos de dominação: 1) dominação racional: baseada na crença na legitimidade das ordens e do direito de soberania dos que estão no poder; 2) dominação tradicional: baseada existência

⁵⁶ ANDERSON, Benedict (1983) *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso (consultado in sua 2ª edição, 1991). GELLNER, Ernest (1983) *Nations and Nationalism*. Ithaca, NY: Cornell University Press (originalmente publicado pela Blackwell, Oxford).apud CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 24.

⁵⁷ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 25.

de tradições que legitimam aqueles que representam autoridade; e 3) dominação carismática: tem como base a veneração da santidade, do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens que ela criou.

A dominação racional baseia-se na idéia de que somente o soberano possui sua posição de senhor, em virtude de apropriação, ou de eleição, ou de designação da sucessão⁵⁸.

Na dominação tradicional os indivíduos devem obedecer ao líder pela tradição. As ordens vigentes atuam com o objetivo de manter a legitimidade tanto pela crença como pelo livre arbítrio do senhor. Esse tipo de dominação tem duas subdivisões: a gerontocracia e o patriarcalismo. Na gerontocracia a dominação é exercida pelos mais velhos, pois eles são os mais sábios em relação à tradição sagrada. No patriarcalismo a dominação é exercida por um indivíduo determinado, segundo regras fixas de sucessão familiar. Nesse caso, o governante depende da vontade de seus súditos em obedecer.

A dominação carismática é contrária à dominação racional e à tradicional, pois a dominação só é “legítima” na medida em que encontra reconhecimento - o carisma pessoal que deve ser demonstrado diariamente pelo líder. A validade desse carisma depende do *reconhecimento* dos dominados, por meio da veneração ou da confiança no líder. Mas esse reconhecimento não é a *razão* da legitimidade, ele surge do entusiasmo ou da miséria e da esperança⁵⁹.

O carisma tradicional mostra que a liderança se baseia em formas de dominação cotidiana. Nesse sentido, a conservação das monarquias hereditárias se mantém pela consideração de que toda propriedade herdada e legitimamente adquirida pode ser abalada com a eliminação da herança do trono⁶⁰.

Após apresentação desses três modelos de dominação classificados por Weber, podemos afirmar que todos se adaptam à evolução histórica, levando em consideração as necessidades do homem e da comunidade na qual ele vive. Assim, a evolução das dominações demonstra que por muitos séculos a humanidade foi dominada com base na tradição, fato que será mais estudado nos próximos capítulos.

⁵⁸ WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, pp. 141-144.

⁵⁹ WEBER, M., op.cit., pp. 158-169.

⁶⁰ Idem, pp. 164-165.

1.2 A cultura nacional

Passaremos a verificar a importância da cultura e sua influência na formação da identidade de uma nação, e ainda, no exercício do poder que guia as diversas nações por meio das palavras de Martins, Castells e Maquiavel.

A racionalidade humana é composta por diversas idéias que, em conjunto, formam a cultura. Essas idéias representam o conjunto de convicções, crenças, opiniões e interesses que, adotado pelo agente racional humano, individual ou coletivamente, determina o seu agir na sociedade. Essas idéias exercem várias funções na vida pessoal, social e cultural, cujas conseqüências são formas de poder na sociedade e no Estado, que interferem na formulação e na prática de condutas individuais e sociais.

A articulação entre os planos das idéias (campo cultural) e da ação (exercício do poder) regula as relações pessoais ou sociais, sempre que estas afetam o cotidiano do indivíduo, grupo ou comunidade⁶¹.

Dentro desse contexto, Castells afirma que as identidades e os interesses das instituições (Estados) rejeitam a noção de integração; como exemplo, temos as comunidades etnicamente divididas. Desta forma, temos uma constante disputa entre as diferentes identidades étnicas adquiridas dentro de uma mesma sociedade.

Para sobreviver à crise de legitimação em relação à maioria étnica, o Estado-Nação transfere poder e recursos em grande escala aos governos locais, o que pode levar ao desequilíbrio da nação. A incapacidade da instituição de conter as pressões promove a descentralização do poder, comprometendo a legitimação de seu papel de protetor e representante, já que há a transferência de poder do âmbito nacional para o âmbito local⁶². Nesse sentido, percebemos que a rigidez e a imposição de interesses por meio do Estado-Nação são exemplos de meios de assegurar poder.

É importante salientar que as afirmações acima não garantem o desaparecimento das funções ou da importância dos Estados-Nação. As divergências entre as etnias e o balanço na legitimidade de uma instituição devem-se principalmente às propostas das comunidades. Na verdade, uma sociedade sem cultura tende a reclusão e a construção de novas instituições, com base em suas identidades. É por esse motivo que presenciamos a

⁶¹ MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações Internacionais: cultura e poder*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002, pp. 17-23.

⁶² CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 320.

crise do Estado-Nação e a explosão de movimentos nacionalistas, sendo que a maioria deles tem por objetivo construir, ou reconstruir, um novo Estado-Nação, com base em uma identidade, e não só na herança histórica do controle territorial⁶³.

Martins afirma também que a classe dominante utiliza as idéias com o objetivo de divulgar e legitimar seus interesses, que podem ser materiais, ou terem valores como status e poder. Além disso, as idéias são fundamentais para a ação racional segundo interesses e convicções. A satisfação de interesses é considerada um objetivo importante pelo fato de não se opor às idéias. A racionalidade dos meios para a obtenção de fins não é um mero instrumento de ação, uma simplificação da realidade. A ação humana depende das idéias disponíveis e daquelas que lança mão, mediante procedimento reflexivo, para adotar as razões do agir⁶⁴.

Em harmonia ao pensamento de Martins, podemos destacar Maquiavel, pois ele já apontava que a luta pelas conquistas deveria ser o principal objetivo do governante. Segundo ele, a guerra mantinha os que nasceram soberanos no poder. Por isso, deveríamos examinar as razões das vitórias e derrotas das disputas, para agirmos em busca da vitória sem cometermos os mesmos erros.

Um outro ponto importante apresentado por Maquiavel foram as duas formas de luta: pela lei e pela força. Para que se usasse a lei e a força adequadamente, ele recomendava que o soberano fosse forte e astuto, pois, os homens eram maus, não tinham palavra e não agiam de boa fé. Era sempre bom manter a aparência de um soberano *“misericordioso, leal, humanitário, sincero e religioso”*, mas com *“a capacidade de se converter aos atributos opostos, em caso de necessidade”*⁶⁵. Além disso, era necessário que o soberano mantivesse uma imagem piedosa, plena de fé, integridade, humanidade e religião, e que ele seus súditos e as potências estrangeiras. As decisões do governante deviam ser irrevogáveis, ninguém devia tentar enganá-lo ou iludi-lo. Assim, esse soberano teria grande prestígio e reputação.

A partir dessa proposta, e de volta ao pensamento de Martins, sabemos que as idéias são fatores culturais de poder, crenças concretizadas, forças motivadoras e opiniões mobilizadoras. Elas interferem na ação do indivíduo e de grupos, na medida em que podem definir padrões de comportamento e traçar estratégias de mediação de divergências e

⁶³ CASTELLS, M., op. cit., p. 355.

⁶⁴ MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações Internacionais: cultura e poder*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002, pp. 25-26.

⁶⁵ MAQUIAVEL Nicolau. *O príncipe e Dez cartas*. Tradução: Sérgio Bath. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 49.

conflitos. Políticas e comportamentos podem sofrer influência das idéias, tanto para sistematizar as existentes como para modificar as vigentes.

Em relação aos líderes dos povos, Maquiavel propôs duas maneiras de se tornar soberano: pela virtude e pela fortuna. Aqueles que utilizavam a própria virtude conquistavam domínios com dificuldade, e essa dificuldade surgia a partir das inovações instaladas para fundar o Estado com segurança. Aqueles que se tornavam soberanos pela fortuna tinham muitas conquistas, mas tinham muito trabalho para se manter na nova posição. Estes eram os afortunados que recebiam um domínio em troca de dinheiro ou pela graça alheia⁶⁶.

Maquiavel destacou duas formas de governabilidade: pela autoridade maior (o príncipe) e seus ministros; ou por um príncipe e vários barões (que possuíam súditos e territórios), cuja posição era levada em consideração a partir da importância e da antiguidade da própria família.

Nessa relação era importante que o governante soubesse escolher bem seus ministros, pois eles agiriam de acordo com a vontade e o comportamento do soberano. A primeira impressão de um governante era dada pelos homens que o cercava. Quando estes homens eram competentes e leais, poderíamos considerar o príncipe sábio por ter reconhecido a capacidade e a fidelidade dos integrantes do Estado. Contudo, se tivéssemos homens incompetentes e mercenários, poderíamos dizer que principal erro foi na escolha dos assessores⁶⁷. Para que não fosse cometido nenhum equívoco nessa escolha, a lealdade, o interesse e a confiança no candidato deveriam ser observados.

Devemos, então, lembrar que a necessidade de preencher adequadamente os cargos da instituição governante, de forma a fortalecê-la perante seus nacionais e outros povos, é uma preocupação comum entre os povos e presente desde a antiguidade.

Para definir sua posição em relação aos governantes, Maquiavel ressaltava que o imperador não devia comunicar seus interesses a ninguém, para assim garantir sua permanência como autoridade, pois ninguém saberia seus planos, suas aspirações. No entanto, era essencial que ele se aconselhasse com os integrantes de seu governo, sempre que desejasse, pois eles podiam clarear os interesses e as estratégias para facilitar a obtenção das conquistas desejadas pelo soberano.

⁶⁶ MAQUIAVEL Nicolau. *O príncipe e Dez cartas*. Tradução: Sérgio Bath. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 20.

⁶⁷ MAQUIAVEL N., op. cit., p. 62.

Tendo como base os conceitos apresentados, a maioria de autores do mundo ocidental, tentaremos fazer sua aplicação à história de um império do oriente no período da história antiga – a Dinastia Qin. Esta aplicação tem o objetivo de tentar entender, com teorias modernas e contemporâneas, a construção, o crescimento e o declínio desse império, numa época em que as grandes conquistas representavam o domínio, a manutenção do território e a legitimação do poder imperial.

Para finalizar este capítulo, apresentaremos, a seguir, um quadro-resumo dos conceitos aqui trabalhados.

1.3 Autores e conceitos – quadro-resumo

PALAVRAS-CHAVE	AUTORES E CONCEITOS	
NAÇÃO	HOBBSBAWM	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O significado de nação muda de acordo com a evolução política, econômica e cultural da sociedade. ▪ Critérios que classificam um povo como nação: a associação histórica a um Estado já existente; a presença de uma elite cultural antiga e tradição na escrita; a certeza da vitória nas buscas por conquistas.
	BAUMAN	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As nações têm pouca liberdade entre seus indivíduos e os direitos convergem para a comunidade. ▪ A nação é composta por diversas minorias étnicas que se adaptam ao convívio social. ▪ A nação é uma comunidade com sentimento de companheirismo.
	POMER	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A nação como forma de agrupamento humano.
	ANDERSON	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A nação é uma comunidade política imaginada como limitada e soberana
	NOVAES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A nação como autoridade soberana, cujos membros têm a mesma origem, mesmos costumes e mesma língua. ▪ O princípio da nação: participação de todos os governados no Estado. ▪ A nação indica independência e unidade política.
	FRIEDE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A nação como comunidade de base cultural, com tradições, costumes e línguas semelhantes.
	MARTINS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A verdade da nação está nos indivíduos que a compõem e que se adaptam ao espírito nacional. ▪ Vertentes para o discurso político nacional e a idéia de nação: a razão, a vontade e a justiça.
	ROSENFELD	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A nação se baseia na vontade e na tradição comuns dos indivíduos que possuem moral e identidade semelhantes, e que desejam viver em comunidade. ▪ A nação como guia para os indivíduos que vivem numa mesma comunidade cultural, cuja língua e costumes são iguais.
NACIONALISMO	HOBBSBAWM	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Importância do sentimento de nacionalismo na composição da sociedade criado a partir de critérios comuns.
	BAUMAN	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A nacionalidade deve legitimar a unificação política do Estado, só havendo lugar para um sentimento patriótico.
	LOMNITZ	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O nacionalismo como forma de vida em comunidade, com a formação da identidade e de uma cultura compartilhada. ▪ O nacionalismo proporciona o sacrifício pessoal a partir da comunidade e da moral. ▪ O nacionalismo articula o cidadão dentro de sua comunidade.
	ZHAO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O nacionalismo combina a noção política de território auto determinado à noção cultural, ou identidade nacional. ▪ Diferentes orientações sobre o nacionalismo: nativista, antitradicionalista e pragmática. ▪ O nacionalismo moderno (afirmativo, positivo ou agressivo) ascendeu os sentimentos das nações que visavam independência política para adquirir e manter status igual às outras nações.

PALAVRAS-CHAVE	AUTORES E CONCEITOS	
CULTURA	BAUMAN	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A cultura como principal referência entre os habitantes que manifestam lealdade.
	ANDERSON	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A miscigenação das culturas permite aos grupos étnicos adquirir características de nações, com sentimento nacional.
	MARTINS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A cultura tem o contexto de pluralidade no que se refere à etnia, referência nacional ou ao modo de vida de um povo. ▪ As idéias são fatores culturais de poder que interferem na ação dos indivíduos.
IDENTIDADE	CASTELLS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Estado constrói a identidade nacional na memória coletiva da sociedade. ▪ A identidade é construída a partir de três aspectos sociais originados das relações de poder: a identidade legitimadora; a identidade de resistência, a identidade de projeto.
	NOVAES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Na comunidade há o surgimento de uma identidade comum.
	FRIEDE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecimento de sociedades e nações a partir de um tipo de identidade que é atribuída a vínculos comuns.
TRADIÇÃO	HOBSBAWM	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As tradições são reações a situações anteriores ou que formam seu passado através da repetição. ▪ As tradições são inventadas quando ocorrem grandes e rápidas transformações na sociedade.
AUTONOMIA	MAQUIAVEL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possibilidades de manutenção da autonomia por meio vil ou criminoso. ▪ Maneiras de se tornar soberano: pela virtude e pela fortuna. ▪ Formas de garantir a estabilidade da dominação de um Estado: arruinar o Estado dominado; residir no novo território; manter as leis impondo um tributo e instituindo um governo de poucos.
DOMINAÇÃO	WEBER	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tipos de dominação para definir legitimidade: racional; tradicional; carismática.

2 – A CHINA NA ORIGEM DO IMPÉRIO

A sociedade evolui de acordo com suas necessidades de convívio e sobrevivência. Com isso, os diversos territórios passam por transformações políticas, econômicas e culturais. Este capítulo identificará essas transformações e apontará as consequências que elas trouxeram para a China na Antiguidade, mas que refletem no país ainda nos dias atuais.

A Dinastia Qin, que teve como principal ator o imperador Qin Shi Huang, será a matéria para a análise da trajetória da China. Será apresentada a situação da região antes e depois da ascensão do imperador ao poder, além das mudanças ocorridas na medida em que ele aumentava e fortalecia seu domínio, não medindo forças para seus objetivos.

2.1 Reino Qin

Qin Shi Huang⁶⁸, cujo nome de nascimento era Ying Zheng, o primeiro Imperador da China, foi quem unificou todo império. Ele pôs fim a séculos de guerras e fundou, pela primeira vez na história da China, um império com autocracia central – a Dinastia Qin⁶⁹. Este sistema governaria a China por mais de dois mil anos.

Nesse período existiam permanentes guerras entre os reinos da região - Reinos Combatentes - Qi, Chu, Yan, Han, Zhao, Wei e Qin⁷⁰. As guerras chegavam a durar anos e registravam quantidades elevadas de baixas e selvagerias incomparáveis.

Mesmo com as consequências decorrentes das guerras, havia um grande progresso econômico e cultural⁷¹. Os Reinos Combatentes se desenvolviam e mantinham intenso comércio. A crescente interação econômica e cultural foi primordial para a unificação, representando muito mais do que uma sucessão de vitórias militares.

Para que essas vitórias militares fossem obtidas, cada reino consolidou um grande exército. Durante a guerra, represas, canais e rios eram usados como armas. Essas guerras

⁶⁸ Será utilizado o termo Qin quando houver referência ao imperador Qin Shi Huang.

⁶⁹ Originalmente conhecida como Dinastia *Ch'in*, o nome pelo qual o império veio a ser conhecido: China. In: Conhecer Fantástico. *China a grande potência*. São Paulo: Arte Antiga Editora, Ano I, nº 15, 2004, p.6.

⁷⁰ Ver mapa, Anexo I, p.74.

⁷¹ DRUMMOND, Carlos. *Viagem à grande China*. São Paulo: Página Aberta Ltda., 1994, p. 100.

trouxeram grandes desastres para o povo, ocasionando não só a morte de um grande número de trabalhadores em batalha, mas também a destruição da agricultura.

Em 259 a.C., no fim do período dos Reinos Combatentes - época do nascimento do futuro imperador - o Reino de Qin já estava numa posição favorável para unificar todo o país, pois era dono de um poderoso aparato militar. Seu exército era o maior dos Reinos Combatentes, tanto que, quando Qin assumiu o trono, após a morte de seu pai, a metade Oeste da China já estava sob jurisdição de seu Reino. Quando atingiu a idade de coroação e de exercício do poder real administrativo (22 anos), Qin conquistou um reino por ano e concluiu a unificação em 221 a.C., formando o “Império do Meio”. O rei mudou, então, o seu título para “Imperador Qin Shi Huang” e fundou a Dinastia que permaneceu até o ano de 206 a. C.⁷²

Politicamente, a reforma do imperador em relação ao sistema feudal foi levada com mais seriedade do que a dos outros seis reinos, apesar de ter começado bem mais tarde. Economicamente, o imperador recompensou e encorajou fazendeiros e tecelões, e adotou o sistema de arrecadação de impostos.

O território se expandiu pelas províncias de Shanxi, Gansu, Ningxia e Sinchuan, para incluir as províncias de Henan, Hubei e Guixhou. Guanzhong Plain, o território de Qin, era fértil e produzia uma grande variedade de produtos, que renderam à região o nome de “Terra da Abundância”⁷³.

Na unificação, a primeira da história chinesa, Qin dividiu o território em 36 províncias e nomeou oficiais para serem responsáveis em diversos níveis. Padronizou a moeda, a medição e a escrita⁷⁴.

Militarmente, Qin era muito poderoso, graças à grande população e ao sistema de recrutamento⁷⁵. Os guerreiros de Qin eram conhecidos pela sua competência na luta, sua bravura e utilizavam fortes armaduras.

Se analisarmos os fatos históricos, Qin teve as condições básicas requeridas para vencer os seis reinos. Batalhas existentes à época faziam parte de um cenário apropriado

⁷² Ver mapa, Anexo I, p.74.

⁷³ ZILIN, Wu; XINGWEN, Guo. *Qin Shi Huang, the First Emperor of China*. Tradução de Fan Hengfu, Wang Aifen e Li Tianshu. Hong Kong: Hong Kong Man Hai Language Publication, 1988, pp. 25-26.

⁷⁴ MINHA CHINA. *A cronologia chinesa: Dinastia Qin*. Desenvolvida por Sun Wei. Disponível em: <<http://www.minhachina.com/historia/cronologia/Qin.htm>>. Acesso em: 25 janeiro 2005.

⁷⁵ ZILIN, Wu; XINGWEN, Guo. *Qin Shi Huang, the First Emperor of China*. Tradução de Fan Hengfu, Wang Aifen e Li Tianshu. Hong Kong: Hong Kong Man Hai Language Publication, 1988, p. 25.

para o surgimento de figuras extraordinárias como Qin. Então, assim que ascendeu ao trono, ele era capaz de realizar, com êxito, a grande tarefa de unificar toda a China.

2.2 A Construção da Grande Muralha (*Muralha dos 10.000 lis*)

A Grande Muralha, chamada pelos chineses de “Muralha dos 10.000 lis”, não é um muro só. Provém de três diferentes muralhas construídas ao longo da fronteira entre os sedentários civilizados e os nômades “bárbaros”⁷⁶.

O primeiro registro sobre a construção de uma muralha de autodefesa é do século XI a.C., na época da Dinastia Zhou do Oeste. Entre os séculos VII e III a.C., época da Dinastia Zhou do Leste, existiam vários principados e as constantes guerras entre os Reinos Combatentes levaram à construção de muralhas fronteiriças de autodefesa. Aquelas muralhas não eram formatadas como um único e grande muro; eram muros dispersos⁷⁷.

O Reino de Qin, que se localizava a oeste do país, para conter as invasões dos Xiong-nu - povo nômade de origem turca das estepes do Norte, mandou erguer uma muralha de mil quilômetros de extensão, desde Minxian, correndo para Norte até Lanzhou e acompanhando o curso do rio Amarelo⁷⁸.

Após ascender ao trono, o Imperador Qin mandou erguer uma fronteira ao norte, já que a questão externa não estava resolvida: para defender-se dos Xiongnu Tartans, uma etnia chinesa antiga do norte, ele mandou mais de um milhão de pessoas àquela região para construir a “Primeira Grande Muralha”. Usando pequenas seções das muralhas, e destruindo outras, a construção foi erguida com pequenas pedras e terra argilada. Ela integra partes das antigas muralhas dos Qin, dos Zhou (de Shanxi à Mongólia Interior) e dos Yuan (a Norte de Hebei e em Liaoning).

Era um novo ciclo da história da China. No entanto, os custos para erguer tamanha barreira defensiva levaram o Imperador Qin à decadência: foi um enorme sacrifício, tanto monetário como de vidas humanas.

⁷⁶ MORAIS, José F. A muralha dos 10.000 lis. *Revista Macau*, Macau, III Série, fevereiro 2003. Disponível em: <<http://www.lorient.com/rm2003fev.htm>>. Acesso em: 18 janeiro 2005.

⁷⁷ MINHA CHINA. *A Grande Muralha*. Desenvolvida por Sun Wei. Disponível em: <<http://www.minhachina.com/bjgrandemuralha.htm>>. Acesso em: 25 janeiro 2005.

⁷⁸ Originalmente rio Huanghe, mas será tratado por rio Amarelo, nome utilizado na língua portuguesa.

“A Segunda Grande Muralha” foi construída a partir de 158 a.C., pela Dinastia Han (de 206 a.C. a 220 d. C.). Foi feita mais para norte da muralha da Dinastia Qin, usando grande parte da proteção já existente e perfazendo 11500 li (cerca de 5750 km).

Na Dinastia Ming (de 1368 a 1644) foram construídas muralhas ao norte para a defesa de etnias, e em lugares estratégicos no sudeste - ao longo da costa - para a defesa da invasão de estrangeiros. Essa Dinastia unificou a muralha integralmente e protegeu-a com uma dupla parede, dotando-a de grandes blocos de pedra, mais duráveis. A Grande Muralha construída na Dinastia Ming estendia-se cerca de 7.500 quilômetros. Ela é a Grande Muralha conhecida hoje.

Símbolo do espírito nacional da China, a Grande Muralha é o reflexo de inteligência e de conhecimento do povo da China antiga. Os muros foram construídos aproveitando-se os contornos das montanhas e dos vales. A função primordial dessa obra foi claramente defensiva, mas *“o cuidado com que se procurou evitar qualquer obstáculo por cima desses muros, realizando uma pavimentação lisa e regular, demonstra claramente que a muralha também servia a um objetivo de comunicação”* ⁷⁹

A Grande Muralha servia para a manutenção do país e também como ligação, rápida e fácil, entre localidades afastadas. Através dela era possível, em pouco tempo, mandar tropas e armamentos para os pontos mais vulneráveis da fronteira. Também teve sua importância como via de distribuição de mercadoria e de rota de penetração em outras regiões.

[...] *“certos pontos dessa construção favoreciam as plantações cultivadas em sua base, detendo ou atenuando as forças dos ventos fortes da estepe. Seu próprio traçado coincide com o limite das chuvas permanentes, o que é demasiadamente singular e notória para ser considerada mera casualidade”* ⁸⁰.

Além das exigências fronteiro-defensivas, a Muralha também atendia a fins sócio-econômicos. *“E é exatamente no nascimento da Grande Muralha, na divisão dos povos asiáticos em dois grandes blocos muito concretos (os demais para cá e os demais para lá do muro) que se deve procurar a origem da China como nação”* ⁸¹.

⁷⁹ MUNDUS TRAVEL. *Expedição Rota da Seda: no rastro das caravanas; uma muralha de pedras e lágrimas*. Apresenta texto adaptado de Gian Maria Tabarelli, Maravilhas do Mundo, Salvat do Brasil, 1985. Disponível em: <http://mundus.com.br/expedicao/rotadaseda/muralha.asp>. Acesso em: 25 janeiro 2005.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Ibidem.

2.3 A estrutura do Império de Qin Shi Huang

No ano 221 a.C., Qin pôs fim às lutas dos dignitários que governavam no período anterior dos Reinos Combatentes e fundou a Dinastia Qin. Foi este o primeiro Estado feudal pluriétnico unificado e com poder centralizado.

Qin demonstrou sua habilidade adquirindo a vitória com mãos de ferro: eliminou seus inimigos com poder, domínio, e consolidou seu trono. Tudo isso preparou um alicerce para seu desempenho na política e na unificação da China.

Na medida em que se acumularam as conquistas, Qin tornou-se o supremo e absoluto soberano, com todo o poder em suas mãos. Um sistema centralizado de governo foi estabelecido e a força econômica e militar de Qin aumentou rapidamente. O exército de Qin, que era bem preparado e poderoso, fez ataques aos seis reinos vizinhos, ocasionando várias batalhas. Essa era uma manifestação de seu talento e grande ambição de unificar o país.

O Imperador Qin acreditava na Escola das Forças Positivas e Negativas e adotou a doutrina dos Cinco Poderes (Metal, Madeira, Água, Fogo e Vento) estabelecida por Zou Yan, um estudioso do Período dos Reinos Combatentes, como a teoria básica de sua mais nova Dinastia Qin Feudal⁸².

Enquanto Qin divinizava o Império, fortificava a regra da autocracia centralizada. O governo central consistia nos três “Gongs” (Chefes) e nove “Qings” (Ministros); o país inteiro era dividido em províncias e condados. Ele também lançou uma série de sistemas feudais e órgãos administrativos. O Imperador estava no topo da pirâmide e o poder do Imperador era absoluto.

Os mais altos oficiais no órgão central eram os três “Gongs”, nomeados de Primeiro Ministro, Grande Comandante e Chefe Real.

O Primeiro Ministro era o mais alto oficial administrativo do país e o chefe de todos os oficiais civis. Ele assistia ao Imperador em todos os assuntos administrativos do país e cuidava das tarefas do Reino diariamente. Essa era uma posição importante: abaixo de um homem - o Imperador - e sobre todos os outros oficiais.

O Grande Comandante ou Comandante Real foi uma posição poderosa durante o período dos Reinos Combatentes. Após a unificação dos reinos, esse título passou para o

⁸² ZILIN, Wu; XINGWEN, Guo. *Qin Shi Huang, the First Emperor of China*. Tradução de Fan Hengfu, Wang Aifen e Li Tianshu. Hong Kong: Hong Kong Man Hai Language Publication, 1988, pp. 81-84.

mais alto oficial militar no órgão central e também chefe dos oficiais militares. Ele assistia o Imperador nos assuntos militares de todo o país.

Em grau de importância, a posição de Chefe Real estava abaixo da do Primeiro Ministro. Seu posto correspondia ao Vice - Primeiro Ministro e tinha a função de secretário do Imperador. O Chefe Real tinha o poder de supervisionar os oficiais da corte, e poderia ser considerado o chefe do sistema judiciário.

Todo poder militar e administrativo era chefiado pelo Imperador. O Primeiro Ministro era responsável pelos assuntos administrativos, o Grande Comandante era responsável pelos assuntos militares, e o Chefe Real responsável pelas questões do judiciário. Cada uma das três ramificações do poder era independente, sem subordinações entre si, mas diretamente subordinadas ao Imperador – único com poder de decisão⁸³.

Imediatamente após Qin ter unificado a China, quando as regras de administração estavam sendo implementadas, existiam opiniões diferentes quanto à forma de governo do vasto Reino de Qin. Então, ele implementou o sistema de províncias e condados por todo país, estabelecendo assim, as 36 províncias.

Na Dinastia Qin, os quatro níveis administrativos - província, condado, distrito e vilarejo eram uniformes em sua estrutura. Durante o período dos Reinos Combatentes, um Junshou (governador) era nomeado para cuidar da província. A Dinastia Qin continuou essa prática. O Junshou (governador) era o cargo de oficial administrativo mais alto da província, que supervisionava o governo central. Abaixo do governador estava o comandante da província, que era responsável pelo exército e pelos assuntos militares, além de assessorar o Governador da Província. E ainda, tinha um oficial encarregado do escritório do judiciário. Cada um dos três oficiais dividia poderes, assim como os chefes do governo central.

A província consistia em pequenos condados. O condado era governado pelo juiz da região, que era o mais alto oficial de um condado, supervisionado pelo governador da província. O juiz do condado tinha alguns ajudantes – um juiz assistente e o comandante do condado, responsável pelos assuntos militares. Dois oficiais do condado eram responsáveis pelos assuntos militares e dois eram responsáveis pela lavoura animal e pela agricultura.

⁸³ ZILIN, Wu; XINGWEN, Guo. *Qin Shi Huang, the First Emperor of China*. Tradução de Fan Hengfu, Wang Aifen e Li Tianshu. Hong Kong: Hong Kong Man Hai Language Publication, 1988, p. 86.

Abaixo do condado estavam o distrito e o vilarejo. A comunidade do vilarejo era uma importante organização em nível de pastagem, através da qual o Império de Qin governou e explorou o povo. O chefe do vilarejo era responsável pela administração da comunidade e dos serviços prestados aos oficiais de Qin, quando da ausência desses oficiais nas comunidades. O líder dessa comunidade era responsável pelo recolhimento de impostos para o governo.

Todo sistema do poder centralizado do Estado, fundado por Qin, é de grande importância histórica para o sistema político chinês. O poder central e o local eram divididos e governados pela autoridade central. Isso fortificou a unificação da China. A cada nível administrativo o poder era dividido entre oficial administrativo, militar e judiciário, impedindo, dessa maneira, possíveis divisões do poder centralizado, e o perigo da tirania. A implementação do sistema político naquela época teve significância progressiva e grande influência nas dinastias posteriores⁸⁴.

2.4 Medidas tomadas pelo Imperador

Os méritos e as conquistas históricas de Qin vão muito além da conquista dos seis reinos e da implementação do Império Feudal de Qin. A unificação das religiões, o estabelecimento de um país unificado e multinacional, a promoção da economia, troca cultural e mistura de diferentes nacionalidades foram os feitos mais significativos. Qin também tomou medidas efetivas para padronizar a moeda, os pesos e as medidas e a escrita, promovendo o desenvolvimento econômico e cultural da sociedade feudal chinesa⁸⁵.

Para sustentar o seu exército lutando no sul da China, Qin ordenou que fosse construído um canal de Lingling a Guilin.

Os freqüentes infortúnios e ataques dos Xiongnu Tartans sempre foram ameaça ao Império Qin: “Qin será eliminada pelos Xiongnu Tartans do norte”. Esse era o rumor que fez Qin ainda mais ansioso para construir a defensiva Grande Muralha.

⁸⁴ ZILIN, Wu; XINGWEN, Guo. *Qin Shi Huang, the First Emperor of China*. Tradução de Fan Hengfu, Wang Aifen e Li Tianshu. Hong Kong: Hong Kong Man Hai Language Publication, 1988, pp. 88-91.

⁸⁵ ZILIN, W.; XINGWEN, G., op. cit., p. 92.

Quando lutou contra os Xiongnu Tartans ao norte, movimentou pessoas para áreas fronteiriças e construiu a Grande Muralha, Qin estabeleceu um ônus pesado de impostos às pessoas. No entanto, analisando esses fatos sob um ponto de vista histórico, Qin trouxe grandes contribuições ao desenvolvimento da história chinesa. Ele impediu novas invasões das tribos Xingnu, promoveu a abertura de áreas fronteiriças e a mistura de diferentes nacionalidades. Todas essas coisas aceleraram o desenvolvimento econômico e cultural do norte da China. A Grande Muralha teve um papel importante para propiciar paz e segurança ao povo da China Central. O objetivo do projeto não tinha precedentes. Após reparação e reconstrução em outras dinastias, especialmente na Dinastia Ming, a Grande Muralha foi terminada, conforme mostrado no item 2.2. Essa é sempre uma demonstração da brilhante civilização da nação chinesa⁸⁶.

Para consolidar a unificação do Império, Qin tomou uma série de medidas sistemáticas de unificação. Ele ordenou que todos os proprietários rurais informassem corretamente as medidas de suas terras, o que correspondia ao reconhecimento oficial das mesmas e à proteção legal da propriedade. Emitiu atos incentivando o povo a trabalhar duro nos serviços fundamentais da agricultura e da tecelagem e determinando punições para as pessoas empenhadas em ocupações subsidiárias como o comércio.

Em seguida, unificou a moeda, os pesos e as medidas. A diferença de moedas era muito mais do que uma simples diferença cambial: havia reinos com mais de um tipo de moeda; o lastro de uma moeda era o próprio metal do qual era feito e os materiais, tamanhos e até formatos eram diferentes.

O Imperador determinou que dois tipos de moeda fossem utilizados na China: uma de ouro (20 onças), considerada a moeda padrão - tendo Yi como unidade de medida; e outra de cobre com um orifício quadrado no centro, a sapeca, que foi considerada moeda comum, em unidades de meio *lian*. Esta última foi utilizada por mais de dois mil anos e até hoje é uma das moedas chinesas antigas mais conhecidas no mundo.

As medidas de comprimento, capacidade e peso também variavam muito. A unificação da moeda e a uniformização dos pesos e medidas melhoraram em muito a arrecadação de impostos, o pagamento de salários e reduziu as possibilidades de corrupção dos funcionários⁸⁷.

⁸⁶ ZILIN, Wu; XINGWEN, Guo. *Qin Shi Huang, the First Emperor of China*. Tradução de Fan Hengfu, Wang Aifen e Li Tianshu. Hong Kong: Hong Kong Man Hai Language Publication, 1988, pp. 94-97.

⁸⁷ DRUMMOND, Carlos. *Viagem à grande China*. São Paulo: Página Aberta Ltda., 1994, pp. 106-107.

Qin lançou leis para fazer valerem os sistemas padronizados. Ele ordenou que os documentos do império fossem gravados nos utensílios oficiais para que os cidadãos pudessem utilizá-los como único critério de medidas.

Subjetivamente, a padronização de Qin almejou a conveniência na arrecadação de impostos, pagamento de salários e prevenindo oficiais da corrupção. Objetivamente, ajudando a promover o desenvolvimento do comércio, artesanato e trocas comerciais com o Império Qin.

O sistema escrito da língua chinesa também era diferente de reino para reino durante esse período. Graças à independência comparativa dos reinos dependentes, os senhores feudais desenvolveram seu próprio sistema de escrita. O desenvolvimento independente fez com que a escrita só fosse reconhecida por aqueles do mesmo Estado, formando assim, as diferenças nos sons e formas do Chinês clássico. Em muitos casos, até o sistema de escrita num mesmo reino não era unificado - o mesmo símbolo era escrito em formatos e ordens diferentes.

Em 221 a.C., Qin pôs em prática sua reforma: “Escrevendo da mesma forma”. Ele ordenou a confecção de pequenos brasões - os brasões de Qin - grafados com o objetivo de padronizar a escrita e a publicação de obras para popularizar o modelo que deveria se tornar único. Essa atitude acabou com a escrita de selos maior e com outras formas de escrita usadas pelos seis reinos, que eram mais complicadas e não estavam de acordo com a escrita de Qin. A importante medida teve profunda repercussão no desenvolvimento da cultura e da política chinesas.

Com a intenção de padronizar o sistema da escrita chinesa, Qin ordenou que fossem escritos três esboços no estilo de pequenos brasões, que serviram como padrão da escrita. Li Shi escreveu o Cang Jie Pian, Zhao Gao escreveu o Yuan Li Pian, e Hu Wujing escreveu o Bo Xue Pian. O então padronizado brasão foi unificado no formato e simplificado na escrita. Muitos dos caracteres chineses que foram padronizados sobreviveram até os dias de hoje.

A unificação da escrita, a popularização da escrita de selos menor, e o estilo de Li tiveram grande importância no desenvolvimento político e cultural da China, por terem transformado os brasões de Qin em símbolos⁸⁸.

⁸⁸ Catálogo da exposição *A escrita chinesa: das inscrições oraculares aos bytes de computador*. Brasília, Conjunto Cultural da Caixa Econômica Federal, janeiro 2005, p. 12.

Após a unificação dos reinos, todas as medidas defensivas perderam suas funções originais. Além disso, os muros já existentes, localizados tanto perto das montanhas, como perto dos rios, formaram barreiras artificiais para impedir a comunicação. Além disso, as rotas tinham sido construídas, nos diferentes reinos, com extensões distintas, também resultando em inconveniência de comunicação.

Após unificar o Império, Qin ordenou que todas as plataformas e muros defensivos fossem demolidos. Esse fato aboliu quase que totalmente as barreiras artificiais, fortalecendo a troca de mercadorias e o intercâmbio entre economias de diferentes áreas.

Em 220 a.C., ele ordenou a construção da “Empire Route”, rede de estradas do império, ligando a capital Xianyang a todas as outras províncias. Em 212 a.C., para conter a invasão nômade do norte, o general Meng Tian foi designado para construir uma rota ininterrupta que se estendesse para o norte, partindo da capital. Essa rota começava em Yun Yang ao norte de Xianyang, atravessava o pico Zi Wu e seguia para o norte da, hoje chamada Chu Hua, e se entrelaçava pelas montanhas, para o sul do condado de Ding Bian. Nesse ponto, a rota mudava seu caminho para o nordeste, entrava na pastagem de Erturs, passava ao norte do condado de Urshenki, e ao sul do condado de Dong Sheng, e, finalmente, alcançava a província de Jiu Yuan no sudeste da, hoje chamada Bao Tou. Essas estradas foram fundamentais para estreitar os laços econômicos e culturais e viabilizar a centralização política do novo império.

Todas essas rotas formaram uma rede de comunicação, tendo Xianyang como centro. Embora a rota de Wu Chi e as novas rotas fossem restritas, elas tinham um importante papel no fortalecimento das conexões econômicas e culturais entre as minorias sob o controle do Império Qin. As rotas ligavam Guan Zhong, Sichuan e Yun Guei. Exceto pelo planalto de Oing-Tibetan no nordeste, as vastas áreas ao sul da Grande Muralha foram todas incluídas nessa rede. Entretanto, Qin deu ordens para “padronizar a extensão da estrada” que era limitada a seis pés. Esse fato facilitou ainda mais a comunicação e a troca de mercadorias, de economias e culturas. Mais adiante, a comunicação de Qin fortaleceu a centralização do governo e consolidou a unificação de um Império Multinacional⁸⁹.

Por trás da figura histórica, Qin era um governante tirano e cruel. Ele era o porta-voz da classe dos senhores feudais. Todas as medidas que ele tomava tinham como finalidade fortalecer seu poder político e todos os seus feitos se baseavam na opressão

⁸⁹ ZILIN, Wu; XINGWEN, Guo. *Qin Shi Huang, the First Emperor of China*. Tradução de Fan Hengfu, Wang Aifen e Li Tianshu. Hong Kong: Hong Kong Man Hai Language Publication, 1988, pp.102-103.

implacável aos trabalhadores. Após estabelecer seu grande império, Qin embarcou numa luta sem fim para unificar os diferentes pontos de vista dos sábios, numa constante busca da imortalidade e indo de encontro aos notórios eventos históricos – queimando livros e enterrando vivos os sábios. A homogeneização e a padronização culturais eram garantia adicional para a manutenção do poder e, também, um instrumento eficaz para ampliá-lo, mas esse extermínio desastroso da cultura chinesa rendeu ao Imperador uma infâmia inesquecível⁹⁰.

Uma divergência a respeito da substituição dos feudos pelas províncias, levou Qin a desencadear uma dramática tentativa de uniformizar todo pensamento e toda produção escrita, por meio de uma brutal revolução cultural. Os livros não publicados pelo estado de Qin foram queimados – destruiu-se especialmente os livros históricos. Confiscou-se e incineraram-se as antigas canções, registros históricos, poemas e escritos de centenas de escolas em poder dos sábios que não eram da corte. Os que desafiavam as autoridades eram executados publicamente. Os que se opunham à nova ordem e os que deixavam de relatar casos às autoridades tinham suas famílias eliminadas. Os donos das obras banidas que não as incinerassem tinham o rosto marcado com uma tatuagem para caracterizar o crime cometido e eram condenados a trabalhos forçados na Grande Muralha. Os únicos livros poupados foram os de medicina, agricultura, e previsões. A herança cultural perdeu-se em gigantescas fogueiras de livros⁹¹.

A queima dos livros foi resultado da disputa entre o sistema feudal e o das províncias. No entanto, ambos tiveram a intenção de manter as regras do reinado de Qin e elas não se contradiziam fundamentalmente entre si. Historicamente, a abolição do sistema feudal e a implementação do sistema de províncias representaram desenvolvimento significativo na história da China.

Mas a unificação do pensamento não advinha apenas da queima dos livros. Ela só poderia ser alcançada por meio da argumentação. Cultura e pensamento são relativamente independentes e estáveis, têm seus modos especiais de desenvolvimento. A unificação é, sem dúvida, o resultado de sangue e fogo. Isso não pode ser substituído pelo poder de um rei, não importa o quão forte ele seja⁹².

⁹⁰ ZILIN, Wu; XINGWEN, Guo. *Qin Shi Huang, the First Emperor of China*. Tradução de Fan Hengfu, Wang Aifen e Li Tianshu. Hong Kong: Hong Kong Man Hai Language Publication, 1988, p. 104.

⁹¹ DRUMMOND, Carlos. *Viagem à grande China*. São Paulo: Página Aberta Ltda., 1994, pp. 108-109.

⁹² ZILIN, Wu; XINGWEN, Guo. *Qin Shi Huang, the First Emperor of China*. Tradução de Fan Hengfu, Wang Aifen e Li Tianshu. Hong Kong: Hong Kong Man Hai Language Publication, 1988, p. 108.

A queima dos livros não só levou à destruição dos registros históricos e poemas clássicos do período anterior à Dinastia Qin, mas também resultou em um golpe para os estudiosos que estavam pesquisando uma melhor teoria de governo.

Com essa atitude, Qin causou grande impacto ao povo chinês. Ao invés de fortalecer o poder, esse evento acelerou o declínio do Imperador e, finalmente, trouxe a destruição do Império.

Podemos dizer que queimando livros de registros, Qin queria a unificação da China e a abolição dos sistemas feudais. Esse evento teria, de certa forma um lado de desenvolvimento. No entanto, a perseguição de Qin aos estudiosos foi causada somente por sua incessante determinação na busca da imortalidade. Essa era uma demonstração plena da natureza brutal do imperador⁹³.

“O expurgo, ao invés de fortalecer o poder de Qin Shi Huang e de sua dinastia, criou frustração, acentuou o medo já existente, acumulou forças da oposição e acelerou a destruição do império”... “A herança cultural recebeu outro golpe quando o Imperador, exasperado pelo fracasso de incontáveis buscas da imortalidade ordenadas aos sábios, resolveu prender e julgar muitos deles – mais de 460 sábios foram considerados culpados e enterrados vivos” ⁹⁴.

Como qualquer outro representante da classe dominante, Qin, uma vez que ascendeu ao trono, queria a imortalidade para desfrutar eternamente seu poder e riqueza. Para satisfazer seu desejo maníaco, muitos alquimistas e astrólogos buscaram todas as formas de encontrar o elixir da imortalidade. Eles até inventavam histórias para enganar o Imperador⁹⁵.

Após a unificação da China, sua verdadeira natureza como membro da classe exploradora foi exposta. Para se satisfazer com uma vida devassa e extravagante, Qin arrecadou taxas excessivas e explorou cruelmente as fontes de trabalho das pessoas para construir a “Afang Place” (Câmara Mortuária) e seu Mausoléu no pé do Monte Li ⁹⁶. Sua extravagância em relação à riqueza originada com o trabalho dos trabalhadores causou

⁹³ ZILIN, Wu; XINGWEN, Guo. *Qin Shi Huang, the First Emperor of China*. Tradução de Fan Hengfu, Wang Aifen e Li Tianshu. Hong Kong: Hong Kong Man Hai Language Publication, 1988, p. 110.

⁹⁴ DRUMMOND, Carlos. *Viagem à grande China*. São Paulo: Página Aberta Ltda., 1994, p. 109.

⁹⁵ ZILIN, Wu; XINGWEN, Guo. *Qin Shi Huang, the First Emperor of China*. Tradução de Fan Hengfu, Wang Aifen e Li Tianshu. Hong Kong: Hong Kong Man Hai Language Publication, 1988, p. 110.

⁹⁶ BINGWU, Li. *Soldados Eternizados: poderoso ejercito de hace 2200 anos terracotas de guerreros y caballos del emperador Qin Shi Huang*. Shaanxi: Casa Editora de Sanqin, 1994, p. 7.

danos severos à produtividade social. Essa foi uma das razões mais importantes para o curto período da Dinastia Qin.

Foi na construção de sua tumba que o imperador expressou seu egocentrismo. Ainda obcecado pela busca da imortalidade construiu um gigantesco mausoléu, no qual esperava continuar vivendo após a morte. Ali, sua capacidade de realização e a vaidade sem limite se manifestaram plenamente. A edificação do mausoléu envolveu cerca de 700 mil prisioneiros, recrutados de todo país⁹⁷. Nesse túmulo foi erguido um exército com cerca de oito mil guerreiros de terracota moldados em tamanho natural, em formação de combate, construídos para defender o Imperador em outra vida⁹⁸.

O famoso mausoléu está localizado no atual município de Xian. Descoberto em 1974, seu exército é conhecido como “Soldados Eternizados”, “Os Guerreiros de Xian”.

Qin foi ambicioso pelo poder e trabalhou duro para gerenciar as questões do Estado. No entanto, foi somente por causa da sua firme implementação da política do governo autocrático que as pessoas sofreram grande opressão e destruição.

Qin trouxe miséria ao povo, impondo a eles trabalho pesado na construção da Grande Muralha.

Em 210 a.C. Qin Shi Huang morreu aos 50 anos, doente, durante uma das diversas viagens que fez em busca da imortalidade. Seu funeral foi imponente e cruel como fora sua vida. Sepultado nas proximidades de sua imponente capital, Hien-Yang, situada na margem do rio Wei, ao norte da atual Tchang-gan, arrastou para as profundezas de seu monumental túmulo não só os operários que lá haviam trabalhado, mas todas as mulheres de seu harém que não lhe haviam dado filhos. Mais de dez mil cortesãs foram enterradas vivas e, para manter em segredo as entradas do mausoléu, mais de três mil artesãos que construíram a tumba foram enterrados com o Imperador⁹⁹.

O sucessor do grande Imperador foi incapaz de continuar a grande obra; a Dinastia dos Qin entrou em decadência e o império mergulhou numa era de anarquia em que o poder passa a ser disputado pelos chefes militares¹⁰⁰.

⁹⁷ DRUMMOND, Carlos. *Viagem à grande China*. São Paulo: Página Aberta Ltda., 1994, p. 97.

⁹⁸ Ressaltamos que os egípcios também acreditavam em outra vida após a morte e tinham a mesma prática que o Imperador Chinês.

⁹⁹ DRUMMOND, Carlos. *Viagem à grande China*. São Paulo: Página Aberta Ltda., 1994, p. 99.

¹⁰⁰ CHINA ON-LINE. *História das dinastias: Dinastia ts'in*. Desenvolvida por Diego Longhi e Fabio Gatelli. Disponível em: <<http://www.chinaonline.com.br/historia/dinastias/tsin.asp>>. Acesso em: 20 dezembro 2004.

No final da Dinastia Qin, Liu Bang, de origem humilde e Xiang Yu, general aristocrático, acabaram juntos o domínio de Qin e, no ano 206 a.C., Liu Bang venceu Xiang e criou a forte Dinastia Han.

A Qing foi a última dinastia imperial da China; os seus imperadores reinaram entre 1644 e 1911, quando, no seguimento da revolução de 1911, uma nova República da China foi estabelecida e o último Imperador abdicou.

2.5 A história de Qin permanece

A história de Qin ainda está presente na cultura chinesa. Filmes, como o recente “Herói”¹⁰¹ - em exibição nos cinemas brasileiros, no momento em que este trabalho está sendo escrito - retratam episódios de consolidação do império chinês. O diretor Zhang Yimou¹⁰² retrata uma das lendas que explicam a unificação da China ancestral.

O filme se passa na China pré-unificada, período em que o território chinês era dividido em sete Reinos. O rei de Qin – imperador conhecido pelos exímios e poderosos arqueiros¹⁰³ e por não demonstrar clemência para conseguir seus propósitos de unificar a China – sofre constantes ameaças de assassinato por três guerreiros de um dos Reinos inimigos.

O enredo desenvolve-se a partir do diálogo entre Qin e o guerreiro “Sem Nome”¹⁰⁴ que se apresenta na busca de sua recompensa por exterminar esses grandes inimigos: além de riquezas, o prêmio mais valioso que é chegar a dez passos do Imperador. E é a essa distância que ele descreve a luta com cada um de seus combatentes e reconhece a

¹⁰¹ HERÓI. Direção de Zhang Yimou. Roteiro de Li Feng, Zhang Yimou e Wang Bin. Ying Xiong, China: 2002, 96 minutos. Son., color. Legendado. Port.

¹⁰² Zhang Yimou nasceu na China em 1950 e começou a carreira como fotógrafo. Ex-operário, teve reconhecimento no ocidente, ainda como fotógrafo, com o filme *Terra Amarela*. Como diretor foi premiado com diversos longas-metragens: *Sorgo Vermelho* - Urso de Ouro do festival de Berlim de 1987; *Lanternas Vermelhas* – cinco prêmios no festival de Veneza de 1991; *A História de Qiu Ju* – Leão de Ouro do festival de Veneza de 1992; *Operação Xangai* – melhor fotografia do festival de Veneza. O filme *Herói* foi indicado ao Oscar e ao Globo de Ouro de melhor filme estrangeiro em 2003 e venceu o Prêmio Alfred Bauer, no festival de Berlim.

¹⁰³ A palavra “arqueiros” foi utilizada na crítica do filme *Herói*, redigida por Marina Gonçalves para a REVISTA PARADOXO. Disponível em <<http://www.revistaparadoxo.com/materia.php?ido=2018>>. Acesso em: 09 maio 2005.

¹⁰⁴ “Sem Nome” é a tradução, para o português, do nome do guerreiro vencedor do combate entre os três grandes inimigos do Imperador Qin.

sagacidade de Qin ao ver seus argumentos desmentidos. “Sem Nome”, por derrotar os três combatentes e por estar tão perto do Imperador, teria a oportunidade de matar aquele líder.

Segundo Yimou, “Herói” segue a tradição antiga:

“O lutador número um do país deve cuidar primeiro do seu povo. ‘Sem Nome’ entende que se ele não matar o Imperador, é melhor para o povo, porque a guerra terminará. O lutador número um das artes marciais decide não matar o rei, por causa da paz. Neste filme, minha idéia era conduzir uma mensagem de paz” ¹⁰⁵.

O filme nos mostra que a intenção do Diretor na elaboração desse filme era preservar a imagem do Imperador, cuja responsabilidade era cuidar da prosperidade e da segurança de seu Reino e do povo.

¹⁰⁵ Entrevista de Zhang Yimou concedida a Liza Bear, da indieWire, em Nova York, 11 outubro 2004. Publicada pela ZETAFILMES. Tradução de Eduardo Cerqueira. Disponível em: <<http://www.zetafilmes.com.br/interview/zy.asp?pag=zy>>. Acesso em: 09 maio 2005.

3 – A NAÇÃO DO IMPÉRIO CHINÊS

Neste momento faremos uma análise comparativa entre os conceitos que caracterizam a formação da nação - e que foram apresentados no primeiro capítulo deste trabalho - e o primeiro Império Dinástico Chinês.

Dentro desse contexto, tentaremos observar quais foram os recursos utilizados pelo Imperador para consolidar seu Reinado, fortalecer sua legitimidade e manter sua autonomia. Para tanto, será feita uma análise dos fatores político, cultural, econômico, militar e administrativo estabelecidos naquele Império.

Observaremos, ainda, em que medida é possível considerar a China, do período de Qin, uma nação caracterizada pela cultura, pela identidade e pela tradição, com base no sentimento nacional da população, essencialmente ligado ao poder exercido pelo Imperador.

Faremos uma relação do Império de Qin com último Império da China – o da Dinastia Qing – e uma breve descrição sobre a passagem do Imperialismo para a República, até a atualidade, com o objetivo de verificarmos o progresso histórico daquele país.

3.1 Nação

Observamos que se classificássemos a nação como um grupo fechado, com elementos diferenciados, já poderíamos considerar a China do Império de Qin uma nação. Sabemos que apenas esse conceito não é suficiente para compreender a existência de um Império forte e tradicional como o da Dinastia Qin. Assim, para maior abrangência do estudo, utilizaremos os demais conceitos expostos no primeiro capítulo.

O processo de unificação da China concretizado por Qin pode ser definido pelo conceito de Hobsbawm de que a junção do Estado original aos territórios conquistados e o reconhecimento de um governo comum, por parte de seus habitantes, caracterizam esta China como uma nação.

Em relação aos conceitos de Bauman e Novaes sobre nação¹⁰⁶, podemos dizer que um dos principais objetivos de Qin era proteger seu território de invasões e manter sua autonomia, autoridade, independência e unidade política. Contudo, temos a forte implementação do governo no território, onde nação, Estado e povo têm níveis desiguais de importância, devido aos interesses do Imperador.

Dessa maneira, levando em consideração as reflexões de Novaes e Anderson, podemos afirmar que a China de Qin já era uma nação quando foi considerada como uma autoridade soberana com território delimitado por fronteiras. No entanto, para Novaes, o território de Qin não poderia ser caracterizado como nação, pois não permitia a participação de todos os governados no Estado. Naquele Império só o soberano tinha voz e poder de decisão.

De acordo com a perspectiva nativista apresentada por Zhao, e seguindo o pensamento de Hobsbawm sobre a invenção das tradições¹⁰⁷, esse Império tem o sentimento nacional somente quando as elites tradicionais são defendidas. Se nos referimos à tradição original, vemos que ela deixou de ser importante para os interesses do Imperador, afetando a auto-estima do povo, pois essa atitude vai contra o princípio de que a tradição cultural tem sua origem no orgulho nacional.

No que se refere à perspectiva antitradicionalista, o nacionalismo originado no Império de Qin era uma forma de reação do povo à miscigenação de culturas proposta pelo governante a partir da unificação do Império. A resistência dos indivíduos era identificada a partir da rejeição às novas regras e culturas que lhe foram impostas, na tentativa de preservarem suas culturas tradicionais. Podemos então dizer que o patriotismo e o nacionalismo originados eram caracterizados pela desconfiança e pelo medo do povo em relação às outras nações, e principalmente em relação ao Imperador.

Na perspectiva pragmática, a mistura das culturas representou a fraqueza da credibilidade do Império, mas fortaleceu a defesa contra as invasões. Dessa forma, constatamos que os chineses não demonstravam sentimento nacional e não apresentavam orgulho na herança nacional. Essa vertente é contra a imposição dos símbolos nacionais aplicados pelo Imperador e oriundos de histórias e tradições por ele inventadas.

¹⁰⁶ Ver conceito apresentado no cap. 1, p. 7.

¹⁰⁷ Ver conceito apresentado no cap. 1, pp. 10-11.

A partir dessas explanações, podemos classificar Qin como um líder pragmático que adotou uma forma de nacionalismo para fortalecer seu poder e afirmar sua hegemonia de valores políticos, sem apresentar limites no comportamento de liderança.

No Império de Qin encontramos um nacionalismo que guiava o governante na defesa dos assuntos que tratam da segurança nacional e da integridade territorial. Esse nacionalismo abalou a legitimidade nacional do imperador a partir de suas estratégias de desenvolvimento, em virtude do crescimento de seu nacionalismo étnico.

Tanto a razão quanto a vontade de Qin destruíram o sentimento de nacionalismo do Império, de forma que o povo se opunha à tradição imposta pelo governante. Isso aconteceu principalmente pelo fato da razão e da vontade de Qin representarem a ideologia das elites econômicas, culturais ou estatais. Nesse aspecto, e de acordo com a visão de Martins, a China de Qin não seria considerada uma nação, pois não havia o sentimento de cidadania, nem mesmo a igualdade de todos perante a lei.

3.2 Soberania

No momento em que analisamos o pensamento de Anderson em relação ao desenvolvimento do Império chinês, podemos identificar que, já nesse período, a China se apresentava como uma comunidade política e soberana, pois as fronteiras que separavam as diversas nações eram finitas, fortes e físicas (a Grande Muralha). A Muralha teve a função de preservar por muito tempo a identidade e o território e, além de exigência fronteiro-defensiva, atuava como via de distribuição de mercadorias e rota de penetração para outras regiões, permitindo ao Império melhor controle de sua região.

Em âmbito interno, Qin ordenou, ainda, a construção das rotas que interligavam a capital às diversas regiões que ele considerava importante. Foi a partir dessas rotas que o Reino se expandiu. Houve o crescimento do comércio, melhor acesso e deslocamento de tropas, a comunicação se tornou mais fácil e rápida, incrementando o intercâmbio de informações. Tudo isso culminou na formação de um mercado nacional forte, cujo objetivo era enriquecer ainda mais os seus domínios.

Além disso, se tomarmos como característica da nação a soberania do governante, percebemos que Qin promoveu rápida expansão territorial e econômica em seu Reino, exercendo de forma abundante sua soberania e fundando o primeiro Estado feudal

pluriétnico, unificado com poder centralizado e cuja força econômica e militar aumentavam rapidamente.

Se observarmos a proposta de Maquiavel sobre as maneiras de se tornar um soberano, constatamos que Qin já lançava mão da virtude e da fortuna. Utilizando a própria virtude, conquistou domínios e teve dificuldades para fundar o novo Estado com segurança. Apesar das conquistas, e devido à insatisfação dos novos súditos, Qin tinha muito trabalho para se manter na nova posição. Ele demonstrou sua soberania quando eliminou seus inimigos com poder e domínio, tornando-se o líder supremo e absoluto, fatores que levaram ao crescimento da política no processo de unificação da China.

Em contraste a Maquiavel, Bauman evidencia o Império de Qin, tendo em vista que as nações identificadas pela soberania do Estado-Nação têm pouca liberdade entre seus súditos e é por isso que os direitos convergem para a comunidade. Além disso, seu posicionamento nos leva à história do Império chinês, em especial quando ele fala sobre a construção da nação a partir de uma vertente maligna e sanguinária – a coação era arduamente utilizada naquela dinastia. Ou seja, não havia lugar para uma comunidade autônoma e independente do Imperador.

3.3 Estrutura administrativa

No que se refere à estrutura de governo, podemos dizer que Qin teve uma história semelhante às utilizadas nas reflexões de Maquiavel. O autor propunha a governabilidade pela autoridade maior - o príncipe e seus ministros, ou por um príncipe e vários barões que possuíssem súditos e territórios, e cuja posição fosse levada em consideração a partir da importância e da antiguidade da própria família. Na Dinastia de Qin o governo era exercido pelo Imperador, seus ministros e os donos dos feudos (que possuíam escravos e terras para cultivo).

A prática de Qin corresponde à teoria de Maquiavel quando nos reportamos à importância da escolha dos ministros do governo. Escolhendo bem os seus ministros, a vontade e o comportamento do soberano eram mantidos, já que a primeira impressão de um governante era dada pelos homens que o cercavam.

Com essas premissas, podemos ratificar a proposição contida no primeiro capítulo de que os cargos da instituição governante devem ser preenchidos adequadamente, de

forma a fortalecê-la perante seus nacionais e outros povos - essa é uma preocupação comum entre as diversas comunidades, que permanece desde a antiguidade até os dias atuais.

Tanto no exercício do poder de Qin como na teoria de Maquiavel identificamos como era imprescindível ouvir os conselhos dos ministros, pois se tratavam de pessoas sábias. Mas apenas o governante tomava a decisão. Para Maquiavel, um imperador não devia comunicar seus interesses a ninguém a fim de garantir sua permanência como autoridade. Contudo, era essencial que ele se aconselhasse com os integrantes de seu governo, pois eles poderiam clarear os interesses e as estratégias, com vistas a facilitar a obtenção das conquistas desejadas pelo soberano.

Quando analisamos a Dinastia Qin percebemos que ela já utilizava as estratégias para a estabilidade da dominação de um Estado propostas por Maquiavel. Como exemplo, podemos citar que Qin arruinava os Estados dominados para implementar seu governo e submetia a região às suas leis e tributos. Essa conquista era atribuída de forma cruel, mas adequada, com vistas a garantir a obediência dos novos súditos. Esse fato pode ser comprovado nas observações de Meira Penna, quando ele afirma que a China presenciou a unificação graças a métodos cruéis e violentos de um conquistador ambicioso que, posteriormente se tornaria o Imperador Qin.

3.4 O Soberano

Nesse estudo podemos identificar a importância do governante nos assuntos do Estado e a superposição do interesse do Estado sobre o interesse coletivo, pois em suas atitudes Qin almejava ser reconhecido como o grande soberano, além de garantir poder absoluto. Qin partia do pressuposto de que suas ações perversas eram primordiais para a conquista dos Reinos e que o objetivo exclusivo de seu Estado era manter e expandir as fronteiras¹⁰⁸.

É importante lembrarmos que Qin teve um comportamento diferente do que foi proposto por Maquiavel a respeito da elaboração da personalidade ideal do Imperador. Segundo esse autor, o governante devia praticar todas as suas crueldades no Estado novo,

¹⁰⁸ MEIRA PENNA, J. O. Maquiavel e a China. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n° 14, julho 1962, p.9.

evitando a repetição, o que levaria à fácil dominação. Qin agiu de maneira contrária, praticando repetidamente suas crueldades e provocando medo, ódio e desconfiança em seus súditos, mantendo sua autonomia pela repressão. Todos os interesses eram em prol da manutenção dos seus domínios e da segurança do Estado.

Em contraposição à proposta de Maquiavel de que o governante deve ser considerado clemente e generoso para não perder credibilidade, percebemos que Qin exerceu constantemente a crueldade e não perdeu sua autonomia; foi cada vez mais temido e não correu risco de ser deposto de sua posição.

Em todos esse aspectos temos a figura de Qin como um governante que foi amado por seu exército fiel, competente e poderoso, e temido tanto pelos súditos como pelos inimigos. Esse imperador foi suficientemente capaz de unificar, com êxito, toda a China.

De acordo com Martins e J. O. de Meira Penna, observamos que Qin controlava o desenvolvimento de tudo que ameaçava sua soberania para fortalecer o seu governo e evitar invasões, ou seja, o Imperador buscava a manutenção de sua hegemonia. Ele apresentava o patriotismo como base de suas atitudes, mas, na verdade, ele pretendia acobertar o freqüente uso da força e a intriga¹⁰⁹.

Um outro ponto importante apresentado por Maquiavel, que já se mostrava fortemente presente no governo de Qin, eram as duas formas de luta: pela lei e pela força. Qin, em todas as suas conquistas e na implementação do poder foi forte e astuto, e mantinha a aparência de um soberano misericordioso, leal, humanitário e sincero, quando necessário.

Conforme a argumentação desse autor, Qin era um governante tirano e cruel, já que todos os seus atos tinham como finalidade fortalecer seu poder político, sem considerar as atitudes que tomaria para vencer. Qin mostrava-se ambicioso e buscava fervorosamente a fórmula da imortalidade, com o objetivo de desfrutar única e exclusivamente de suas conquistas e de seu poder. Como exemplo, temos a tentativa de uniformização dos pensamentos e da escrita, por meio de uma brutal revolução cultural. Mas para manter seu poder, os lucros e o crescimento da economia chinesa, ele poupou as previsões, os livros de medicina e agricultura.

¹⁰⁹ MEIRA PENNA, J. O. Maquiavel e a China. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n° 14, julho 1962, pp.10-11.

Como já citamos, e em contradição ao que foi defendido posteriormente por Maquiavel, Qin adotava uma política de governo centralizada,¹¹⁰ quando praticava repetidamente suas crueldades: puniu e matou todos que eram contra sua vontade, queimou livros e condenou sábios, atitudes que provocaram a perda de sua credibilidade.

O fascínio de Qin em conquistar a imortalidade estava acima dos objetivos inerentes a um bom e amado governante – e ele persistiu nessa idéia durante todo seu império¹¹¹. Para todos os seus caprichos, o Imperador utilizou as riquezas do Reino e os impostos pagos pelo povo.

Nesse momento, podemos concordar com Meira Penna quando ele afirma que Qin foi tirano e um assassino em grande escala, que pagou suas obras com a vida de milhares de seus súditos¹¹².

A unificação almejada pelo Imperador só poderia ser alcançada por meio de submissão e massacre, jamais por meio da argumentação, pois a legitimidade de seu poder estaria em jogo. Concluímos, então, que as atitudes de Qin provocaram grande decepção e medo ao povo chinês e, ao invés de fortalecer seu poder, acabou antecipando o declínio e a destruição do Império.

3.5 Identidade e Nacionalismo

O Império de Qin construiu sua própria identidade nacional a partir das idéias e da memória coletiva das pessoas que compunham a classe privilegiada, ou que faziam parte do governo, por meio de uma história e de projetos políticos compartilhados. Analisando esse período segundo a teoria de Castells¹¹³, de que os interesses dos Estados rejeitam a noção de integração, causando a disputa entre as identidades étnicas adquiridas dentro de uma mesma sociedade, não podemos considerar a China de Qin como nação. Isso se justifica porque as identidades dos povos conquistados sofriam repressões do exército do Imperador, fazendo com que o Império só se consolidasse através do interesse e a participação da classe privilegiada da população.

¹¹⁰ MEIRA PENNA, J. O. Maquiavel e a China. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n° 14, julho 1962, p.22.

¹¹¹ Ver cap. 2, pp. 36-38.

¹¹² MEIRA PENNA, J. O. Maquiavel e a China. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n° 14, julho 1962, p.22.

¹¹³ Ver conceito apresentado no cap.1, p. 20.

A China de Qin era um Reino composto por minorias étnicas que se adaptavam ao convívio social, apesar das diferentes nacionalidades compartilhadas entre as diversas línguas, tradições e hábitos, cultura e sentimento patriótico, características que já estavam presentes no período de constantes guerras dos Reinos Combatentes.

Em contrapartida, Anderson e Gellner defendem que a mistura de culturas pode resultar na formação de uma nação, e que o sentimento de nacionalismo não é o suficiente para manter a sociedade confiante no governante e em suas atitudes, ou na idéia de tradição a partir de traços culturais. Qin criou uma nação numa região onde não exista o sentimento de união e fez com que ela fosse atribuída como uma verdade perante seu povo.

Percebemos, então, a imposição de uma nação aos olhos do Imperador, onde o nacionalismo significa o sustento da unidade política e nacional. Anderson pensou da mesma forma quando defendeu que o nacionalismo dos impérios dinásticos era uma estratégia dos líderes que se sentiam ameaçados, pelo povo, em perder o poder.

Segundo os conceitos de Zhao, podemos afirmar que o Império de Qin não apresentava um nacionalismo coerente com a cultura e a identidade nacional originais dos povos. A população vivia a partir de um nacionalismo imposto dentro das necessidades e vontades do Imperador¹¹⁴. Esse autor defende que Império e nação não combinam, ao contrário do que foi proposto por Yimou¹¹⁵ no filme “Herói”.

Ao restringirmos o conceito de nação, do mesmo modo que Hobsbawm o fez¹¹⁶, encontramos no povo chinês a associação histórica a um Estado já existente, pois há a forte implementação das normas, regras e princípios e da cultura originais do Reino de Qin aos novos domínios após o fim das guerras do período dos Reinos Combatentes. Esse aspecto nos mostra a determinação do Imperador em alcançar seus objetivos, visando o bem daqueles que estão a seu favor.

É importante enfatizar que não podemos aplicar na China antiga o conceito proposto por Martins¹¹⁷, onde a base da nação está nos indivíduos que a compõem e que se adaptam ao espírito nacional, impedindo o crescimento dos níveis de desigualdades sociais e culturais. Qin privilegiou a classe dominante da qual fazia parte e explorou os camponeses com o trabalho escravo, tanto na construção da Grande Muralha como na de seu Mausoléu.

¹¹⁴ Ver conceito apresentado no cap. 1, pp. 10-11.

¹¹⁵ Ver cap. 2, pp. 39-40.

¹¹⁶ Ver conceito apresentado no cap. 1, pp 7-8.

¹¹⁷ Ver conceito apresentado no cap. 1, pp. 8-9.

Para justificar a atitude do Imperador, podemos dizer que ele não utilizou razão, vontade e justiça em seu discurso político nacional, nem implementou o seu Reino às culturas diversificadas: ele simplesmente venceu as guerras, impôs suas táticas de domínio (nova cultura, tradição e identidade) e instalou seu governo autocrático e central.

Ao observarmos o desenvolvimento da Dinastia Qin, concordamos com Martins quando ele afirma que a presença dos princípios da razão no cotidiano da vida em comunidade enfraquece a capacidade política de uma nação, pois ela é necessária à construção de um Estado e de uma sociedade unida e poderosa.

Por outro lado, não identificamos no Império de Qin o pensamento de Martins sobre o produto da determinação coletiva dos indivíduos, onde há a opção de viver em comum, se desenvolver, enfrentar os adversários e as dificuldades da competição internacional. Naquele período da China a vontade não era comum e era assumida por representantes convocados pelo Estado que garantem a continuidade dos interesses do Imperador.

Se tomarmos como base os conceitos de nacionalismo, sabemos que esse sentimento surge a partir da convivência entre povos de mesma língua, etnia, num mesmo território e com traços culturais semelhantes no que diz respeito à composição da nação. No entanto, a partir das reflexões de Lomnitz, podemos dizer que o nacionalismo originado no primeiro Império chinês não surgiu naturalmente entre os indivíduos: eles foram forçados a determinadas atitudes, não demonstrando os sacrifícios pessoais, propostos pela comunidade e pela moral, mas impostos pela força e a vontade do Imperador.

O Império de Qin foi imposto ao povo chinês, sem questionamentos; caso se opusessem ao Império, seriam obrigados a aceitá-lo por meio do uso da força do exército, fato que se repetiu várias vezes na história da humanidade. Essa atitude, sem o sentimento voluntário da população, fez com que os chineses não se sentissem unidos numa comunidade nacional, e muito menos numa comunidade baseada na igualdade, pois privilegiados eram aqueles que faziam parte da burguesia e apoiavam o Imperador.

Dentro desse contexto, percebemos claramente que o nacionalismo articula o indivíduo dentro de sua comunidade, ou seja, o sentimento de nacionalismo imposto por Qin lhe dava o controle sobre todos aqueles que habitavam em seus domínios e respondiam às suas leis.

Quando nos referimos aos conceitos de Bauman¹¹⁸, percebemos que a nacionalidade compartilhada pelo território chinês legitimou a unificação política do Estado e o caráter comum de sua sociedade plena de sentimento patriótico. Com o tempo, esse sentimento passou a fazer parte do cotidiano dos povos dos diversos reinos, até o momento da unificação de Qin, em que prevaleceu uma única língua oficial, mesma etnia e cultura, resultando na estabilidade política do governante e no seu total controle sobre a nação.

Devemos lembrar que a política tirânica de unificação da escrita estava ligada à união e ao isolamento dos integrantes do território, impedindo qualquer influência externa e tentativas de descentralização do Império. E, além disso, teve como consequência a perseguição de todos aqueles que não concordavam com as idéias do monarca¹¹⁹.

A Dinastia Qin não se enquadra no conceito de Castells de que a identidade surge a partir de um atributo cultural, para um indivíduo ou para uma comunidade, já que o Imperador não permitia que existisse diversidade na identidade de seus domínios, pois elas poderiam fugir ao seu controle, afetando o seu poder. Sabemos que o Imperador lutava constantemente contra as diferentes identidades étnicas adquiridas dentro dos seus domínios a partir da unificação dos Reinos.

Podemos apontar no governo de Qin as três origens de construção da identidade, que acontecem por meio de relações de poder, e que foram apresentadas por Castells. O Imperador introduziu a identidade legitimadora a partir do objetivo de expandir seus domínios. Já a identidade de projeto foi introduzida quando Qin utilizou a cultura para construir uma nova identidade chinesa, no intuito de alcançar a transformação de toda a estrutura social. Ao mesmo tempo, podemos assinalar a identidade de resistência, criada pelos subordinados que tinham posições desvalorizadas no que tange a dominação.

3.6 Dominação

Para combater a crise da legitimação de seu poder, tal como afirmado por Martins, Qin transferiu parte de seu poder às províncias e condados para controlar mais facilmente

¹¹⁸ Ver conceito apresentado no cap. 1, pp. 9.

¹¹⁹ MEIRA PENNA, J. O. Maquiavel e a China. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n° 14, julho 1962, p.23.

os territórios dominados, e não hesitou em usar a força para manter seu posto de poder central, sem deixar abalar sua legitimidade. Com base nessas proposições, percebemos que a rigidez de Qin tinha como principal objetivo divulgar e legitimar seus interesses materiais, de status e poder.

Identificamos na Dinastia de Qin dois tipos de dominação, entre os três apontados por Weber¹²⁰. Encontramos a dominação racional e a tradicional quando constatamos a crença na legitimidade das ordens e do direito de soberania de Qin. Ele era o senhor do Império em virtude da apropriação e da designação da sucessão do trono com a morte de seu pai – a partir da tradição patriarcal exercida segundo regras fixas de sucessão familiar.

A legitimidade desse Império exigia plena obediência no que diz respeito à execução das ordens, implementadas a partir do interesse do Imperador, e essa obediência era por meio de costume, afetividade ou interesses materiais, fato posteriormente definido por Weber como dominação legítima.

Só quem obedecesse, constantemente, as normas ditas essenciais para o desenvolvimento do território é que poderia se considerar integrante desse governo. A partir desse tipo de dominação, temos a proposta de que o Império Qin impôs uma forma de dominação que permitiu sua permanência no poder, tendo como base uma legitimidade construída por meio do uso da força.

Se tomarmos como base a tentativa de preservação da imagem como ponto importante para a garantia da legitimidade do poder, vemos no filme “Herói” o exemplo de que cabia ao Imperador a responsabilidade de cuidar da prosperidade e da segurança de seu Reino e do povo.

Temos, então, uma característica da personalidade do Imperador, que é a de um homem poderoso, que não mede esforços para alcançar a paz entre os povos chineses, mesmo que, para isso, tenha que massacrar e reprimir a parcela da população que impede o desenvolvimento de todo o Reino.

Segundo alguns críticos, o filme “Herói” apresenta uma mensagem que tenta justificar o domínio centralizado de um regime brutal. Outros acreditam que “...*seja uma afirmação emocionante e emocionada de seu país e governo, uma parábola conciliatória que oferece redenção e uma opção: guerra e violência ou paz e entendimento*”¹²¹.

¹²⁰ Ver conceito apresentado no cap. 1, pp. 18-19.

¹²¹ RÁDIO JOVEM PAN NET. *Cinema: sinopse “Herói”*. Rádio Jovem Pan de Maringá, PR. Disponível em: <http://www.jovempn.net/filme.php?cod_filme=256>. Acesso em: 09 maio 2005.

Ao analisarmos as características da dominação carismática, podemos afirmar que Qin não exercia essa dominação, pois, apesar de seu poder heróico, ele não tinha caráter exemplar, nem carisma pessoal, o que não lhe proporcionava reconhecimento, veneração ou confiança por parte dos dominados. Qin, no momento em que herdou o trono, não deu continuidade ao carisma tradicional do governo anterior, principalmente pelo fato de ele ter partido em busca da unificação da China, desafiando culturas, identidades, poder e eliminando tudo o que se opunha ao seu objetivo. Essa atitude deu origem a uma imagem ambiciosa e cruel do governante, aos olhos dos dominados.

3.7 Comunidade

Com a análise dos conceitos de Anderson e Bauman, vemos que Qin tentou implementar uma comunidade a partir da força bruta, e não a partir do sentimento de companheirismo entre seus integrantes. Esse fato levou à perda da credibilidade de seus súditos em relação ao novo modelo de governo, pois eles não se sentiam mais livres, protegidos, nem seguros. No entanto, mesmo com a rejeição do povo, Qin mantinha-se no poder. O Imperador deveria fazer tudo que estivesse em seu alcance para não perder sua credibilidade, nem a autonomia, até mesmo se fosse preciso matar o inimigo. Podemos demonstrar isso, por meio do filme *Herói*, quando o Imperador tem que decidir se manda, ou não, matar o guerreiro “Sem Nome”, após desvendar sua traição.

A indecisão surgiu quando Qin notou a bravura do guerreiro e se surpreendeu quando ele disse que reconhecia que a melhor solução para o fim de tantas mortes e guerras era a unificação dos Reinos. Dessa forma, apesar do guerreiro ter mudado sua opinião em relação ao Imperador, Qin sabia que a sua imagem perante o povo era mais importante que a clemência. Então, para não perder a credibilidade, mandou que seus arqueiros matassem “Sem Nome”.

A cultura milenar chinesa ainda é importante para os cidadãos da China atual, por isso, o filme preserva muitas características do Imperador. No entanto, percebemos que o diretor passou uma imagem de Qin que busca paz e a segurança, contrária à real imagem de Qin, conforme demonstrado no segundo capítulo deste trabalho.

Uma outra característica do Reino de Qin encontrada na obra de Bauman é a de que a comunidade funcionava a partir da obediência dos súditos e proteção do Imperador. Assim, as pessoas abriam mão de sua liberdade para garantirem autonomia, auto-afirmação e identidade.

Aos olhos de Novaes, a comunidade presencia o surgimento de uma afetividade entre os homens e o surgimento de uma identidade comum. Dessa maneira, não foi a conquista de novos territórios nem a raça chinesa que determinou uma nação, mas o conteúdo histórico daquela região e de seu povo.

Consideramos, então, a China como uma comunidade auto-suficiente que, antes de ser unificada, foi constantemente invadida e explorada por inimigos. E foi por conta dessas invasões que Qin tomou a iniciativa de construir um grande muro, a partir de outros já existentes, com o objetivo potencialmente defensivo, para isolar seu território, evitar invasões e reforçar a fronteira, protegendo suas conquistas.

Friede expôs que o homem que vive em comunidade estabelece grupos a partir de uma identidade com vínculos comuns e preza o bem-estar coletivo¹²². O povo chinês, ao contrário, não queria construir nem viver na nova comunidade com a identidade inventada e imposta pelo novo Imperador, pois teriam, obrigatoriamente, que deixar de lado seus verdadeiros costumes e vínculos comuns.

Com base nesses argumentos, podemos afirmar que a nova identidade e a nova comunidade formaram uma nação que não foi originada a partir da abdicação voluntária dos benefícios individuais da população chinesa em prol do bem coletivo. Eles foram forçados a tais atitudes para proporcionarem o bem-estar e a segurança do Imperador, além de garantirem sua soberania.

Dessa forma, podemos dizer que os pensamentos de Friede não expõem a realidade dos fatos históricos ocorridos na China unificada, pois a nação originada tinha miscigenação involuntária de culturas, tradições inventadas e uma língua imposta pelo soberano, que visava o controle de todos que estavam em seu território, evitando assim, possíveis reivindicações e atos rebeldes contra seu governo.

Aqui é possível notar a presença de uma elite cultural antiga e o costume de manter a tradição junto à consciência da existência coletiva como povo. Além disso, vemos no Imperador a figura de um homem confiante na vitória quando nos referimos às buscas por conquistas.

¹²² Ver conceito apresentado no cap. 1, pp. 6.

3.8 Tradição

Foi no estabelecimento do plano político do governo de Qin que surgiram as diversas perturbações na identidade da população e o abalo das próprias tradições inventadas levaram os chineses ao descontentamento em relação àquele Imperador. Isso ocorreu, pois, como afirmou Castells, uma sociedade sem cultura tende à reclusão e à construção de novas instituições, com base em suas identidades.

É interessante ressaltar que hoje presenciamos um fato completamente oposto às idéias do Imperador para a unificação da escrita: atualmente, a China, junto à abertura comercial, tomou a iniciativa de adaptar seu idioma ao alfabeto ocidental, com o objetivo de facilitar a comunicação e a troca de informações com o ocidente, além de viabilizar os lucros nas negociações com o exterior. A adaptação deu origem ao alfabeto que transcreve os sons chineses (do Mandarim) para o alfabeto ocidental. Essas atitudes deixam o isolamento de lado e passam a viabilizar troca de informações com o mundo.

Quando nos referimos à tradição que encontramos na Dinastia Qin, e com base nos argumentos de Hobsbawm e Ranger, podemos dizer que ela era inventada, pois, foi implementada a partir das transformações da sociedade advindas dos interesses do Imperador. Além disso, as novas práticas rituais implementadas pelo soberano visavam estabelecer valores e normas de comportamento através da repetição, ocasionando a continuidade dos novos atos.

Ressaltamos que essas tradições surgiram na medida em que Qin percebia sua incapacidade de utilizar as tradições do período da unificação dos reinos, quando tentava adaptar o convívio das diversas comunidades que teriam de se acostumar com a idéia da formação de uma única nação. Devemos lembrar que os novos costumes, dentro das tradições inventadas, foram transformados em grandes tradições repetitivas e ritualizadas. Como exemplo, temos os métodos para a conquista de novos domínios, as torturas e opressões, além dos constantes massacres àqueles que eram contra o poder do soberano. Todos esses costumes foram implementados para suprir os caprichos e os interesses do poderoso imperador.

3.9 Reformas Culturais

Foi na busca pela conquista dos Reinos Combatentes que Qin mostrou seu interesse na padronização da escrita como principal justificativa para a unificação do Império. Como se percebe, o Imperador acreditava que, padronizando o método de comunicação interno, ele estaria apto a representar seu povo e a se comunicar com o mundo externo à Grande Muralha.

Podemos, então, concordar com as palavras de Maquiavel e afirmar que a dominação de Qin foi difícil e sangrenta, na medida em que os Estados conquistados e anexados a outros preexistentes tinham nacionalidade, língua e costumes distintos. Percebemos que Qin não precisou da *fortuna* para se manter no novo poder, pois como soberano, e com o apoio de seu exército forte e numeroso, ele causava medo e continha qualquer tentativa de revolução. Ainda podemos dizer que Qin aproveitou as constantes guerras e a fragilidade dos Reinos Combatentes para esboçar seus objetivos e organizar as estratégias para a conquista.

Qin é considerado um importante governante para história da China, na medida em que unificou todo império e manteve o progresso econômico e cultural alcançado na época dos Reinos Combatentes.

No entanto, não podemos esquecer que a Muralha também atendia os interesses do Imperador em relação ao fortalecimento de seu poder e ao crescimento sócio-econômico de seus domínios.

Quando destacamos que tanto Martins como Maquiavel defendem que a luta pelas conquistas deveria ser o principal objetivo do governante, e que a guerra mantinha os que nasceram soberanos no poder, identificamos esses mesmos ideais nos procedimentos de Qin para conquistar novos domínios e se manter no poder.

Em relação à teoria de Bauman sobre cultura, podemos dizer que ela se aplica à Dinastia de Qin, tendo em vista que a cultura era a principal referência entre os chineses e, a partir dela, surgia o comportamento de lealdade dos súditos para com o governante.

Ao tomarmos como referência as atitudes de Qin, percebemos que a homogeneização e a padronização culturais eram garantia adicional para a manutenção e ampliação de seu poder. Isso se justifica pelo fato de que o desenvolvimento cultural do novo Império submetia a cultura dos indivíduos pertencentes aos Reinos conquistados, a partir do momento em que o Imperador determinava normas, tradições e obrigações de

acordo com seus interesses, não pensando no desenvolvimento do país, mas na própria ascensão.

Se levarmos em consideração o empenho de Qin em unificar a língua, o sistema escrito, a moeda, os pesos e as medidas, percebemos que esses interesses não trariam grandes benefícios para o povo, tal como era divulgado para os súditos. Eles apresentavam o objetivo de unificar os métodos de relacionamento e de comunicação, além de fortalecer ainda mais seu império, de concretizar seus interesses e de manter os territórios dominados promovendo, indiretamente, o desenvolvimento do comércio da região.

Também podemos afirmar, considerando as idéias de Martins, que a cultura do Reino original do Imperador passaria a representar o modo de vida do novo povo, promovida pela legitimidade do poder de Qin, já que ele não tinha de fato o interesse de transmitir idéia nacionalista suficiente para formar uma nação. Pelo fato do patriotismo ser uma força política poderosa, com características que distinguiam comunidades culturais, podemos afirmar que o Imperador explorou esse nacionalismo de forma inadequada ao demonstrar interesse em manipular os indivíduos para colocá-los a serviço de seus objetivos. Podemos também dizer que o patriotismo existente no Reino de Qin, que foi imposto pelo Imperador, garantiu sua legitimidade, mesmo com a insatisfação e a resistência da população.

3.10 Um salto na História

Após analisarmos os fatos históricos desse Imperador, utilizando os argumentos de autores modernos e contemporâneos, em sua totalidade ocidentais, podemos constatar que os constantes atos de violência e de destruição praticados por Qin significavam a busca pela sua própria felicidade (poder e imortalidade). Vimos também que o comportamento cruel e a ambição, em grande escala, provocaram a destruição da identidade e da cultura, abalando o modo de vida de um povo que costumava ser unido por meio do sentimento nacional.

É importante ressaltar que o Império de Qin declinou em virtude da violência interna que ele mesmo provocou, dando espaço para o movimento nacional que, após a sua morte, foi liderado por Liu Bang e Xiang Yue. A Dinastia Qin foi a mais curta da história,

pois sobreviveu poucos anos à morte de seu fundador, mas foi também a dinastia mais cruel que a China conheceu¹²³.

O Império formado por Qin deu início à história de 13 dinastias, até que, em 1912, o último Imperador Pinyin Pu-Yi, da Dinastia Qing, foi destronado e a Revolução Burguesa estabeleceu a República na China.

3.11 A última Dinastia do Império Chinês: A Dinastia Qing.

A Dinastia Qing, que reinou por 268 anos, foi fundada pelo povo Manchu e é conhecida como a última Dinastia feudal na história da China.

Nesse período, houve grande desenvolvimento no âmbito da literatura, fato que contribuiu para a cultura e história chinesas. Contudo, o regime de Qing agia de forma semelhante (com os mesmos ideais) ao primeiro Imperador, quando perseguia intelectuais, bania e destruía todos os trabalhos que não estavam de acordo com a sua política de governo¹²⁴.

Na cultura e na prática ideológica podemos afirmar que as etnias feudais e os rituais tradicionais continuavam a dominar a sociedade, sendo que as normas e as tradições deviam estar obrigatoriamente de acordo com a vontade do Imperador que estivesse no poder.

No âmbito político é interessante ressaltar que, tanto a primeira quanto a última Dinastia do Império apresentaram um governo autocrático e despótico. As políticas de governo e tradições estavam de acordo com os interesses do Imperador.

A política do Império de Qing tinha uma estrutura administrativa bem organizada, assim como a de Qin¹²⁵. O “Grande Conselho” foi o mais importante corpo administrativo da Dinastia, e era composto pelo imperador e altos oficiais. A Dinastia Qing também foi caracterizada por um sistema dual de mandato no qual cada posição no governo central tinha um Manchu e um Han Chinês nomeado. Durante o reinado do Imperador Qianlong,

¹²³ MEIRA PENNA, J. O. Maquiavel e a China. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n° 14, julho 1962, p. 23.

¹²⁴ TRAVEL CHINA GUIDE. *China Discovery: information and introduction on China*. Disponível em: <<http://www.travelchinaguide.com/intro/history/qing.htm>>. Acesso em: 11 maio 2005.

¹²⁵ Ver cap. 2, pp 30-32.

por exemplo, havia a discriminação desses membros por meio do vestuário, através do qual qualquer guarda da corte poderia identificá-los¹²⁶.

Na esfera militar também podemos identificar aspectos comuns entre os dois Impérios: o serviço militar estava ligado ao fortalecimento do Estado e não à proteção da população e, além disso, a hereditariedade dos serviços era prática comum. Uma diferença se destaca no fato de que o exército de Qin era único e fiel a uma só voz: a do seu Imperador. No Reino de Qing governos regionais de províncias mantinham suas próprias milícias, irregulares, para a aplicação da lei e manutenção da paz, mas que não eram consideradas tropas de combate.

No entanto, no final do século XIX, quando a China se tornou um estado semicolonial, percebia-se a fraqueza do exército em contraste com os “bárbaros” que estavam literalmente “batendo em seus portões”. Esses “bárbaros” eram os exércitos ocidentais que tornaram os tradicionais treinamentos e equipamentos de guerra chineses ultrapassados¹²⁷.

Como em Qin, a economia nacional do Império de Qing continuava a ser baseada na agricultura, e a política externa era baseada no isolamento. No século XIX, o governo conservador e insolente de Qing enfraqueceu e a prosperidade diminuiu, impedindo o desenvolvimento do Reino junto à Revolução Industrial que acontecia no ocidente. A partir desse momento, a China sofreu maciços conflitos sociais, estagnação econômica e explosão demográfica. Foi essa Dinastia que permitiu a penetração e a influência ocidental no país.

A ameaça para a dinastia vinha da Europa, que pretendia aumentar sua penetração comercial. A Guerra do Ópio (1840) foi provocada pela pressão inglesa de continuar com o comércio ilegal do ópio com a China no momento em que houve a proibição imperial da entrada da droga no país. A China perdeu a Guerra e a Inglaterra e outros países ocidentais forçaram concessões e ganharam privilégios comerciais: em 1842 Hong Kong e Kawloon são cedidos à Inglaterra com o Tratado Nanjing e são abertos portos ao comércio europeu¹²⁸.

A queda do último Império ocorreu em virtude da constante influência ocidental nas políticas econômicas da China. Além disso, esse Reino não fugiu da imagem de

¹²⁶ THE FREE DICTIONARY. *Qing Dynasty*. Desenvolvido por Farlex, Inc. Disponível em <<http://encyclopedia.thefreedictionary.com/Qing+dynasty>>. Acesso em: 11 maio 2005.

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Ibidem.

imperadores que pensavam no bem estar próprio, antes de proporcionar qualquer benefício ao povo, o que deixava a população insatisfeita e rebelde.

A forte corrupção no governo e as diversas pressões ao Império desencadearam inúmeras rebeliões que surgiram no intuito de derrubar o Império, fato que foi concretizado em 1911 com a Revolução de Xangai, criando a República da China¹²⁹.

3.12 Da República à China atual

No decorrer do século XX a República demonstrava instabilidade na medida em que persistiam nos métodos tradicionais de governo, a influência das idéias ocidentais e a interferência estrangeira.

Após as duas Guerras Mundiais e a Guerra Civil chinesa, surgiu um novo governo comandado pelo Partido Comunista Chinês, cujo líder era Mao-Tse Tung¹³⁰. Na década de 60, ocorreu a Revolução Cultural Proletária lançada pelo governante, para expulsar seus opositores do partido e do Estado. “*Desde então o povo chinês tomou o poder político em suas mãos e tornou-se senhor do seu próprio país*”¹³¹.

Após a fundação da República Popular, a passagem da sociedade chinesa da nova democracia para o socialismo foi gradativa. A ditadura democrático-popular, conduzida pela classe trabalhadora e baseada na aliança dos trabalhadores e dos camponeses, foi aperfeiçoada. O povo chinês, por meio de seu exército, conseguiu fazer frente às agressivas investidas de imperialistas, protegendo a segurança e fortalecendo a defesa nacional. No que diz respeito ao desenvolvimento econômico, a China obteve sucessos: um sistema socialista independente e integrado foi estabelecido na indústria; foram significativos os

¹²⁹ THE FREE DICTIONARY. *Qing Dynasty*. Desenvolvido por Farlex, Inc. Disponível em <<http://encyclopedia.thefreedictionary.com/Qing+dynasty>>. Acesso em: 11 maio 2005.

¹³⁰ Estadista, líder do Partido Comunista Chinês e fundador da República Popular da China. Secretário do I Congresso do Partido Comunista Chinês e presidente da primeira República Soviética da China. Governou como presidente até 1959, dedicando-se depois exclusivamente ao partido. Em 1966 desencadeou a Revolução Cultural. Segundo Tom Chung, autor do livro “*Negócios com a China*”, Mao tinha como ídolo o Primeiro Imperador Chinês, Qin Shi-Huang, comparando-se a ele pelo seu prestígio perante o povo, muito próximo de um imperador (p. 59 e p. 82).

¹³¹ IMPRENSA OFICIAL DE MACAU. *Legislação: Constituição de 4 de dezembro de 1982 da República Popular da China* Disponível em : <<http://www.imprensa.macao.gov.mo/bo/i/1999/constituicao/index.asp>>. Acesso em: 11 maio 2005.

progressos nas áreas da educação, da ciência e da cultura; e a formação ideológica socialista foi implantada com resultados positivos para a nação¹³².

Atualmente, o sistema de governo República Popular da China é o comunismo, e o Presidente Hu Jintao é o comandante supremo do exército e presidente do Partido Comunista Chinês. O Congresso Nacional Popular é o órgão supremo do poder político, exerce o poder legislativo do Estado e, atualmente, tem Wen Jiabao como Primeiro Ministro .

O Congresso Nacional – formado por deputados eleitos pelas províncias e demais regiões dependentes do Governo Central e pelas Forças Armadas – tem, entre outras funções, o poder de eleger o presidente e o vice-presidente. O povo não tem participação direta com o voto popular.

A China tem um partido único, o PCC – Partido Comunista da China, com forte controle interno: qualquer manifestação ideológica tem de estar sob a orientação do Partido e é forte a repressão aos dissidentes e aos divergentes da orientação partidária; as manifestações populares só são permitidas quando aprovadas pelo Partido. A circulação da população entre províncias e o trânsito ao exterior dependem da autorização do Estado.

A imprensa é controlada pelo governo e há restrições quanto à entrada de informações externas por meio da televisão, rádio e Internet. Atualmente, imprensa pode criticar a corrupção e a máquina administrativa, mas não podem questionar o Partido Comunista¹³³.

A atual divisão administrativa da China apresenta três níveis básicos: províncias, distritos e cantões. Segundo a Constituição, o Estado, se necessário, pode estabelecer também zonas administrativas regionais diretamente dirigidas pela autoridade central.

A República Popular da China é subdividida em 23 províncias, 05 regiões autônomas, 04 cidades administradas diretamente pelo poder central e 02 zonas administrativas especiais¹³⁴.

Em relação à cultura, há grande diversidade interna e o incentivo do Estado para as atividades culturais é constante. No entanto, praticamente não existe influência estrangeira.

¹³² IMPRENSA OFICIAL DE MACAU. *Legislação: Constituição de 4 de dezembro de 1982 da República Popular da China* Disponível em : <<http://www.imprensa.macao.gov.mo/bo/i/1999/constituicao/index.asp>>. Acesso em: 11 maio 2005.

¹³³ VEJA ON-LINE. *China em profundidade*. Editora Abril, outubro 2003. Disponível em : <<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/china/sociedade.html>>. Acesso em: 09 maio 2005.

¹³⁴ AGÊNCIA DE NOTÍCIAS XINHUA. *Sobre China: divisão administrativa*. Disponível em: <<http://202.84.17.11/portugal/data/abc/xingzhengqu.htm>>. Acesso em: 11 maio 2005. A Agência de Notícias Xinhua é uma instituição jornalística estatal da República Popular da China.

O patriotismo e a identidade nacional são incentivados em todos os segmentos da sociedade. A tradição da China é milenar e algumas regras e valores de conduta, baseados no Confucionismo¹³⁵, ainda permanecem, como por exemplo: o respeito à autoridade e a obediência à hierarquia; a disciplina; a lealdade aos membros do grupo e aos padrões estabelecidos para a harmonia desse grupo; a família como centro da organização social; o respeito aos mais velhos e a devoção aos ancestrais.

A Constituição da China garante a liberdade de credo e permite qualquer prática religiosa. Mas *“De acordo com os dissidentes, analistas políticos e grupos internacionais de defesa dos direitos humanos, isso não ocorre na prática: a perseguição religiosa ainda seria parte integrante da sociedade chinesa”*¹³⁶.

Por meio da “Política do Filho Único” o Estado controla a explosão populacional. A lei, que permitia que cada casal tivesse somente um filho, aparentemente fez com que o índice de natalidade caísse. No entanto, há indícios de que o controle *“foi obtido às custas do desrespeito aos direitos humanos”* através de abortos forçados e esterilizações compulsórias. Após a lei, aumentou o número de infanticídio: como os homens são mais valorizados porque podem trabalhar na área rural e gerar maior renda familiar, muitas meninas são sacrificadas¹³⁷.

A China molda-se na direção de uma forma de capitalismo socialista: a busca pela riqueza sem abrir mão do controle autoritário, centralizado¹³⁸. Com o modelo de construção do socialismo com peculiaridades chinesas, o país tem as seguintes políticas: desenvolver uma economia de mercado sob o socialismo e emancipar as forças produtivas para alcançar a prosperidade econômica; administrar os assuntos do estado de acordo com a lei e sob a direção do Partido Comunista, na busca de estabilidade social e de uma situação política harmônica entre os grupos étnicos; desenvolver uma cultura socialista

¹³⁵ Sistema filosófico baseado nos ensinamentos de Confúcio (551-479 a.C.), por mais de 2.000 anos formou a base da educação chinesa e foi o fator decisivo de diversos aspectos da sua cultura. Segundo Tom Chung, no livro *“Negócios com a China”*, Confúcio centrou seu estudo na natureza humana, na educação, no desenvolvimento pessoal e nas relações interpessoais. O Confucionismo teve lugar de destaque na história da China e também foi criticado e atacado, como por exemplo, durante o Império de Qin e Revolução Cultural. Mas voltou, aos poucos, ao seu patamar de importância na sociedade chinesa, influenciando o comportamento, as decisões e ações negociais. Ainda segundo Chung, *“Socialmente, nenhum filósofo teve maior impacto na cultura chinesa do que o legado deixado por Confúcio”*. (pp. 85-93).

¹³⁶ VEJA ON-LINE. *China em profundidade*. Editora Abril, outubro 2003. Disponível em : <<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/china/sociedade.html>>. Acesso em: 09 maio 2005.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ CHUNG, Tom. *Negócios com a China: desvendando os segredos da cultura e estratégias da mente chinesa*. São Paulo: Novo Século Editora, 2005, p. 31.

nacional, mantendo e propagando as tradições culturais e assimilando os resultados positivos das culturas estrangeiras¹³⁹.

A China cresceu graças aos investimentos externos no país, os movimentos de globalização do capital e a necessidade do capitalismo ocidental de encontrar mão de obra barata e consumidores para seus produtos. No mercado de matérias-primas, a China já é o motor do mundo e grande referência de preços. A abertura econômica segue a abertura política. O controle que o governo chinês exerce sobre a população vai muito além da esfera política¹⁴⁰.

3.13 O conceito de Nação na origem do Império

Sabemos que existem diversos conceitos sobre a definição e a origem do termo “nação”. No entanto, convém destacar que, da mesma forma que os autores se complementam e, à vezes, se contradizem, nem todos os conceitos apresentados mostraram-se adaptáveis ao estudo proposto.

Vale ressaltar a limitação de acesso à bibliografia oriental sobre os conceitos apresentados neste trabalho, tendo em vista que é restrita a disponibilidade de obras de autores chineses traduzidas para o português ou inglês. Além disso, identificamos na obra de Zhao, autor de origem oriental, influência de autores ocidentais na elaboração dos conceitos sobre nação e nacionalismo.

Nesse contexto, faremos uma análise da aplicabilidade dos conceitos apresentados ao tema de estudo de caso – o Império de Qin.

Verificamos que um grupo, para que seja considerado uma nação, deve ser composto por uma população que habite em um território delimitado e uma instituição governante. Mas no processo de unificação da China isso não aconteceu, pois os chineses não tinham identidade comum, nem um padrão de escrita e de linguagem, não se sentiam nem desejavam ser membros da nação.

¹³⁹ AGÊNCIA DE NOTÍCIAS XINHUA. *Sobre China: construção do socialismo com peculiaridades chinesas*. Disponível em: <<http://202.84.17.11/portugal/data/zhengzhi/shzy.htm>>. Acesso em: 11 maio 2005.

¹⁴⁰ ALCÂNTARA, Eurípedes; PERES, Leandra. A próxima potência: China. *VEJA*, São Paulo, ano 36, n.42, 22 outubro 2003, pp. 125-129.

Podemos também dizer que, em relação à comunidade, o Império de Qin conseguiu construir a identidade nacional de seu povo utilizando a coerção, e não por meio de uma história e de projetos políticos compartilhados, como defendido por Bauman. A identidade que surgiu com a ascensão do Império foi criada a partir da vontade de um governante e não apresentava vínculos comuns entre os integrantes da comunidade. A identidade imposta originou a nação.

As diferentes culturas e tradições existentes nos reinos entraram em choque quando o Imperador impôs a unificação. As culturas tornaram-se um meio de afastamento entre os indivíduos, o que dificulta a classificação desse povo como uma nação. No entanto, após unificação do Império e a unificação do pensamento, a nova cultura passou a ser a principal referência entre os habitantes que, então, manifestaram lealdade ao novo governo.

Se o nacionalismo significa uma forma de vida em comunidade, que depende do Estado, cuja cultura é influenciada por comunidades pré-existentes e que se preocupa com a formação da identidade, podemos afirmar que o Império de Qin é uma nação forte e preservada.

Contudo, se tomarmos como referência o fato de que a determinação coletiva dos indivíduos é necessária à construção de um Estado e de uma sociedade unida e poderosa, ainda não vemos esta China como uma nação plena de vontade política e com sociedade unida e poderosa.

Partindo dessa análise, podemos dizer que somente com a consolidação do Império é que a China Imperial torna-se uma nação com comunidade de base cultural, com tradições, costumes e línguas iguais. A China, no seu processo de unificação, não era uma nação, pois, falhava na transmissão do sentimento de companheirismo entre seus integrantes, sem permitir espaço para a comunidade e, conseqüentemente, restringindo a proteção, a liberdade e a segurança. Assim, só consideramos a China uma nação no momento em que ela é consolidada como Império, com exército forte, identidade, cultura e língua únicas, a partir da concretização da vontade e das imposições do Imperador em relação às novas normas atribuídas aos povos que habitavam o seu mais novo domínio.

Com este estudo, percebemos a importância de conhecermos o processo de criação e de consolidação de uma nação – no caso, a China – para compreendermos sua evolução tanto histórica quanto político-econômica, principalmente no que diz respeito ao estudo das relações internacionais.

Se entendermos a origem e a tendência do processo de desenvolvimento do país, perceberemos suas atitudes e seus interesses no âmbito interno e internacional, com a intenção de estreitarmos e garantirmos, mais facilmente, os laços entre nosso país e a República Popular da China.

CONCLUSÃO

Qin Shi Huang, primeiro Imperador da China e unificador do país, foi reformador econômico e líder de uma revolução cultural radical. Ele influenciou a política chinesa por séculos, impulsionou o desenvolvimento social e unificou a escrita, mas foi uma das figuras mais rígidas e cruéis da história.

O Imperador Qin construiu uma nação a partir da unificação dos reinos que apresentavam tradição, cultura e sentimento nacional até então distintos. Essa nação foi construída de modo que as tradições foram inventadas e uma nova cultura foi implementada no lugar daquelas que costumavam representar o foco de lealdade do povo, fato que ocasionou uma mudança radical nos costumes chineses. No entanto, esses novos costumes são identificados como parte de uma cultura forte e tradicional encontrada na China atual.

A China de Qin tinha o indivíduo como súdito e as comunidades como obedientes; o soberano não valorizava o povo, mas sua própria riqueza e poder. Esse Império foi constituído por uma força tirânica, que utilizou o poder e a repressão para guiar o povo de acordo com os interesses do soberano, principalmente no que dizia respeito à manutenção de sua autonomia. Era o poder do rei, seu controle e domínio sobre as pessoas: *“o conflito, a desconfiança e o medo no relacionamento entre o superior e os subordinados eram os valores essenciais para a garantia no poder”*¹⁴¹.

Qin determinou que seu Reino teria uma única, cultura e língua, utilizando como argumento a necessidade de facilitar o convívio e as negociações internas e externas.

É nesse período que encontramos o início da herança da China atual, onde o governo tem forte implementação no território, é autoritário e independente. A cultura e a tradição são preservadas, a identidade e a língua são fortemente controladas pelo governo, de acordo com o interesse do Estado, que tem total poder de decisão.

O nacionalismo e o patriotismo chinês têm origem na prática do Império de Qin, pois a unificação dos Reinos levou à miscigenação das culturas, regras e identidades pré-existentes. Essa convivência obrigatória vinha da afirmação do poder e da hegemonia política do Imperador que buscava legitimidade na sua liderança.

¹⁴¹ CHUNG, Tom. *Negócios com a China: desvendando os segredos da cultura e estratégias da mente chinesa*. São Paulo: Novo Século Editora, 2005, p. 83.

Percebemos, na China, um sentimento nacional que até hoje é guiado pelo Estado, na medida em que afeta os interesses, o progresso e a legitimidade do governo. A nação chinesa ainda sofre repressão e é dominada pela entidade soberana desde o período do Império.

Um outro ponto relevante para consolidar a nação chinesa foi a miscigenação das culturas dos Reinos Combatentes, que resultou na formação de uma cultura tradicionalmente conhecida, e que ainda permanece com a forte intervenção do Estado na identidade do indivíduo, afetando, conseqüentemente, a China como uma grande comunidade.

Partimos, então, do princípio de que a China do Império de Qin pode ser caracterizada como uma nação – uma nação tirânica que excluía qualquer idéia de liberalismo e individualismo entre os membros dessa comunidade. Podemos destacar que os indivíduos, para não serem excluídos, nem sofrerem as conseqüências de qualquer manifestação de insatisfação e revolta, ou até mesmo para não perderem os poucos privilégios concedidos pelo governo, cumpriam as normas estabelecidas, para poder fazer parte do Império.

O mesmo ocorreu com o sentimento nacional, que surgiu após o estabelecimento da nova nação, pois os integrantes do território dominado por Qin deveriam demonstrar um sentimento nacional e uma identidade fidedignas aos preceitos de Qin, mas que não surgiam a partir da vontade e lealdade voluntária do povo.

Hoje, com as transformações ocorridas ao longo da história, a China é uma nação que busca alcançar a riqueza, o desenvolvimento econômico e o reconhecimento internacional - mas sem abrir mão do controle autoritário e centralizado.

A nação chinesa atual tem um governo que defende o total controle sobre tudo que ameaça a soberania e a hegemonia. Desde o primeiro Império essa atitude esteve presente, mas por meio da utilização da força, que exigia submissão e eliminava qualquer possibilidade de manifestação por parte da população.

Os princípios tidos como base da convivência entre os indivíduos antes da unificação dos Reinos foram adaptados ao Império de um tirano. As identidades se perderam para que um novo povo fosse moldado a partir dos interesses de um único homem capaz de qualquer atitude para se manter no poder. Verificamos, então, que o primeiro Império chinês apresentava uma nação com domínio repressor e absoluto, onde a coerção era utilizada sempre que necessário.

Qin, na figura do líder, escolhia seus objetivos e ambições, fazendo de ambos o interesse nacional. Contudo, devemos lembrar que esse interesse nacional tem como base a busca de sua perpetuação no poder e o aumento de sua fortuna, bem como tentativa de alcançar a imortalidade¹⁴².

A partir desses fatores, identificamos um Império cujo governo é autoritário e não representa a vontade do povo, reprimindo as manifestações populares contra os interesses do soberano que atua como um tirano. Essa tirania pode ser identificada na medida em que caracterizamos o Imperador como um autocrata que abusa do poder político em benefício próprio, usando a força e a violência para concretizar seus desejos de segurança, poder e glória.

A Muralha e o Exército de Xian são provas concretas da ambição do Imperador em fortificar e proteger seus domínios para usufruir os benefícios por toda a eternidade. Hoje, essas obras são pontos turísticos que lembram uma China marcada pelos combates e governos opressores, mas ao mesmo tempo plena de mudança, riquezas e conquistas.

Atualmente os chineses apresentam algumas características desse período, principalmente no que diz respeito à união e à preservação da identidade, tradição e cultura de um povo milenar. Com a unificação à época do Império, o país abriu as portas para o desenvolvimento político, econômico e cultural, mas passou por dificuldades e transformações, na medida em que o poder nas mãos de um soberano egocêntrico desviou os interesses do coletivo para o individual, e levou o país a uma crise de identidade que só foi “superada” com a repressão interna e com a adaptação contínua das novas regras.

Quando nos reportarmos aos conceitos de nação apresentados nesse trabalho e agrupamos pensamentos de alguns desses estudiosos, encontramos coincidências com o Império de Qin. Anderson, Hobsbawm e Pomer apresentam que a nação é uma forma de agrupamento humano, com identidade comum e fronteiras definidas, não sendo necessário conhecer a sua amplitude nem tão pouco uns aos outros.

Maquiavel defende a autonomia do governo como forma de criar e preservar um território, estabelecendo três formas ideais para que se tenha uma estabilidade na dominação: arruinar o estado dominado – derrubar o exército, a cultura, crenças e economia, entre outros – criação de uma nova identidade; residir no território dominado –

¹⁴² DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das Relações Internacionais*. Tradução de Ane Lize Spaltemberg de Sequeira Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 133.

transferência da população e instalação do poder; e implementar a lei e a ordem, com cobrança de tributos e instituição de governo único, sem muita delegação de poder.

A partir dessas considerações podemos afirmar que o Império de Qin foi uma nação e que, até hoje, mantém relevante posição na história da China.

Quando falamos da China atual, naturalmente mencionamos a peculiaridade cultural: os métodos de disciplina, de aprendizagem, de respeito aos mais velhos e de conservação da história. Contudo, a China começou a crescer na década de 80 não apenas por essa peculiaridade cultural – que permanece inalterada - mas por causa de uma dramática transformação política e econômica¹⁴³.

Podemos destacar que a diferença entre a China Imperial e a China de hoje é que, antes, ela escolhia seus parceiros internacionais pela semelhança ideológica; e hoje, a referência principal para os acordos e parcerias tem como base seus próprios interesses econômicos. A China é um dos países mais procurados para o investimento internacional, em virtude de seu ritmo acelerado de crescimento e a mão-de-obra barata.

*“A filosofia chinesa não tem recebido, no Ocidente, a atenção que merece”*¹⁴⁴, nem tem sido compreendida em suas atitudes, planejamentos e estratégias. Na verdade, o que acontece é que o Ocidente desconhece e interpreta erroneamente as tradições, os costumes e a cultura chinesas. Para entender a China, devemos estudar e conhecer a fundo seus princípios, pois é uma nação na qual esses costumes e tradições milenares.

Os chineses são pessoas com fortes valores e tradições, além do fato de que toda sua estratégia no comércio internacional contém diretrizes baseadas em valores e crenças, com os seus complexos códigos de conduta e protocolos sociais¹⁴⁵.

Os antigos chineses eram essencialmente conservadores e respeitavam os deveres e condutas cerimoniais para melhorar a integração social. Embora os tempos tenham mudado e os desafios de hoje sejam diferentes, a capacidade intelectual e as tradições encontram-se preservadas apesar de, nos dias atuais, os chineses se esforçarem para aprender sobre outras culturas para aprimorar o relacionamento com o restante do mundo¹⁴⁶.

¹⁴³ ZACARIA, Fareed. “Does the future belong to China?”. *Newsweek*. New York, vol. CXLV, n. 19, may 9, 2005, p. 14.

¹⁴⁴ MEIRA PENNA, J. O. Maquiavel e a China. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n° 14, julho 1962, p.7.

¹⁴⁵ O valor e o código de ética dos chineses são norteados pela filosofia Confucionista, conforme apresentado no cap 3, p. 59, e de acordo com o livro de Tom Chung, “*Negócios com a China*”, pp. 85-108.

¹⁴⁶ CHUNG, Tom. *Negócios com a China: desvendando os segredos da cultura e estratégias da mente chinesa*. São Paulo: Novo Século Editora, 2005, pp. 62-63

Para obter sucesso nas negociações internacionais, ou manter relações estreitas com esse país, devemos compreender os antecedentes históricos, a filosofia cultural, mas, principalmente aprender os hábitos chineses, o estilo de raciocínio estratégico e de tomada de decisão, para que não falhemos na busca de nossos objetivos junto a essa crescente potência mundial¹⁴⁷.

¹⁴⁷ CHUNG, Tom. *Negócios com a China: desvendando os segredos da cultura e estratégias da mente chinesa*. São Paulo: Novo Século Editora, 2005, pp. 11-24.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Eurípedes; PERES, Leandra. A próxima potência: China. *VEJA*, São Paulo, ano 36, n.42, 22 outubro 2003, pp. 125-129.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989. 191 p.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Ltda., 2003. 141p.

BINGWU, Li. *Soldados Eternizados: poderoso ejercito de hace 2200 anos terracotas de guerreros y caballos del emperador Qin Shi Huang*. Shaanxi: Casa Editora de Sanqin, 1994. 125 p.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 530 p.

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO *A escrita chinesa: das inscrições oraculares aos bytes de computador*. Brasília: Conjunto Cultural da Caixa Econômica Federal, janeiro 2005, p. 12.

CHUNG, Tom. *Negócios com a China: desvendando os segredos da cultura e estratégias da mente chinesa*. São Paulo: Novo Século Editora, 2005. 396 p.

CONHECER FANTÁSTICO. *China a grande potência*. São Paulo: Arte Antiga Editora, Ano I, n° 15, 2004, p.6.

DRUMMOND, Carlos. *Viagem à grande China*. São Paulo: Página Aberta Ltda., 1994. 215 p.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das Relações Internacionais*. Tradução de Ane Lize Spaltemberg de Sequeira Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 484p.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Atlas da história do mundo: As civilizações clássicas da Eurásia - a unificação da China - 350 a.C. a 220. d.C.* 4 ed. São Paulo: Geoffrey Barraclough, Seção 3, mar./out. 1995, pp. 80-81.

FRIEDE, Reis. O Estado como realidade político-jurídica. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 89, n. 796, mai./ago. 2003, pp. 99-108.

HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 141 p.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 316 p.

LOMNITZ, Cláudio. O nacionalismo como um sistema prático: a teoria de Benedict Anderson da perspectiva da América hispânica. Tradução de Heloisa Buarque de Almeida. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n° 59, março 2001, pp. 37-61.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações Internacionais: cultura e poder*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002. 184 p.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe e Dez cartas*. Tradução: Sérgio Bath. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. 102 p.

NOVAES, Adauto (org.). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 544 p.

MEIRA PENNA, J. O. Maquiavel e a China. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n° 14, julho 1962, p.9.

POMER, Leon. *O surgimento das nações*. Tradução de Mirna Pinsky. 11 ed. São Paulo: Atual, 1994. 92 p.

ROSENFELD, Denis L. Poder e nação. Tradução de Beatriz Sidou, Márcio Oliveira Dornelles e Sônia Martins. *Filosofia Política* 6, Porto Alegre, n° 6, outono 2001, pp. 195-215.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. 422 p.

ZACARIA, Fareed. "Does the future belong to China?". *Newsweek*. New York, vol. CXLV, n. 19, may 9, 2005, p. 14.

ZHAO, Suisheng. Chinese Nationalism and Its International Orientations. *Political Science Quarterly: the journal of public and international affairs*, New York, vol. 113, n° 1, spring 2000, pp. 1-33.

ZILIN, Wu; XINGWEN, Guo. *Qin Shi Huang, the First Emperor of China*. Tradução de Fan Hengfu, Wang Aifen e Li Tianshu. Hong Kong: Hong Kong Man Hai Language Publication, 1988. 142 p.

Filme de referência

HERÓI. Direção de Zhang Yimou. Roteiro de Li Feng, Zhang Yimou e Wang Bin. Ying Xiong, China: 2002, 96 minutos. Son., color. Legendado. Port.

Obras Consultadas

GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e democracia*. Tradução de Vamireh Chacon et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.135 p. (Cadernos da UnB)

VIEIRA, Evaldo. *Poder político e resistência cultural*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. 140p.

LISSNER, Ivar. *Assim viviam nossos antepassados: China – a oitava maravilha do mundo*. Tradução de Oscar Mendes. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda.,1961, pp. 178-185.

Sites de referência

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS XINHUA. *Sobre China*. Disponível em: <<http://202.84.17.11/portugal/>>. Acesso em: 11 maio 2005.

CHINA ON-LINE. *História das dinastias: Dinastia ts'in*. Desenvolvida por Diego Longhi e Fabio Gatelli. Disponível em: <<http://www.chinaonline.com.br/historia/dinastias/tsin.asp>>. Acesso em 20 dezembro 2004.

IMPrensa Oficial de Macau. *Legislação: Constituição de 4 de dezembro de 1982 da República Popular da China.*

Disponível em : <<http://www.imprensa.macao.gov.mo/bo/i/1999/constituicao/index.asp>>. Acesso em: 11 maio 2005.

MINHA CHINA. *A cronologia chinesa: Dinastia Qin.* Desenvolvida por Sun Wei.

Disponível em: <<http://www.minhachina.com/>>. Acesso em: 25 janeiro 2005.

MORAIS, José F. A muralha dos 10.000 lis. *Revista Macau*, Macau, III Série, fevereiro 2003. Disponível em: <<http://www.lorient.com/rm2003fev.htm>>. Acesso em: 18 janeiro 2005.

MUNDUS TRAVEL. *Expedição Rota da Seda: no rastro das caravanas; uma muralha de pedras e lágrimas.* Apresenta texto adaptado de Gian Maria Tabarelli, Maravilhas do Mundo, Salvat do Brasil, 1985. Disponível em:

<<http://mundus.com.br/expedicao/rotadaseda/muralha.asp>>. Acesso em: 25 janeiro 2005.

RÁDIO JOVEM PAN NET. *Cinema: sinopse “Herói”.* Rádio Jovem Pan de Maringá, PR.

Disponível em: <http://www.jovempan.net/filme.php?cod_filme=256>. Acesso em: 09 maio 2005.

REVISTA PARADOXO. *Obra de arte em movimento: “Herói” inova ao mostrar ação, arte e poesia.* Crítica do filme redigida por Marina Gonçalves. Disponível em:

<<http://www.revistaparadoxo.com/materia.php?ido=2018>>. Acesso em: 09 maio 2005.

THE FREE DICTIONARY. *Qing Dynasty.* Desenvolvido por Farlex, Inc. Disponível em

<<http://encyclopedia.thefreedictionary.com/Qing+dynasty>>. Acesso em: 11 maio 2005.

TRAVEL CHINA GUIDE. *China discovery: information and introduction on China.*

Disponível em: <<http://www.travelchinaguide.com/intro/history/qing.htm>>. Acesso em: 11 maio 2005.

VEJA ON-LINE. *China em profundidade.* Editora Abril, outubro 2003. Disponível em :

<<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/china/sociedade.html>>. Acesso em: 09 maio 2005.

ZETA FILMES. Entrevista de Zhang Yimou concedida a Liza Bear, da indieWire, em Nova York. Tradução de Eduardo Cerqueira. Disponível em:

<<http://www.zetafilmes.com.br/interview/zy.asp?pag=zy>>. Acesso em: 09 maio 2005.

¹⁴⁸ FOLHA DE SÃO PAULO. *Atlas da História do Mundo: As civilizações clássicas da Eurásia - a unificação da China - 350 a.C. a 220. d.C.* 4 ed. São Paulo: Geoffrey Barraclough, Seção 3, mar./out. 1995, p. 80. Atlas contendo os encartes das edições de domingo da Folha de São Paulo de 12 de março a 22 de outubro de 1995.